

Diário do Legislativo de 06/04/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - LEIS

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

LEIS

LEI Nº 14.924, de 19 de dezembro de 2003.

Acrescenta parágrafos ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 15.738, que se converteu na Lei nº 14.924, de 19 de dezembro de 2003, vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembléia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 15.738:

Art. 1º - (...)

"Art. 3º - (...)

§ 4º - (...)

§ 5º - A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator a multa diária no valor de até 2.000 UFEMGs (duas mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), aplicada na forma do regulamento, respeitado o devido processo administrativo."

Art. 2º - (...)

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - (...)

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de abril de 2004.

Deputado Mauri Torres - Presidente

Deputado Antônio Andrade - 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria - 2º-Secretário

Lei Nº 15.072, de 5 de abril de 2004.

Dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – O Estado orientará, por meio dos órgãos competentes, o desenvolvimento de programas de educação alimentar e nutricional nas escolas do ensino básico das redes pública e privada do Estado, visando a estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes, e, extensivamente, em suas famílias e comunidades.

Art. 2º – Os programas de educação alimentar e nutricional a serem desenvolvidos nas escolas terão como diretrizes básicas:

I – (Vetado);

II – a integração pedagógica com os temas transversais relacionados à saúde e à educação ambiental constantes nas propostas curriculares das escolas;

III – a conscientização de crianças e adolescentes, de suas famílias e da comunidade dos alunos, em especial sobre:

a) a importância de uma alimentação saudável para a garantia da saúde e a melhoria da qualidade de vida;

b) a relação entre alimentação, atividade física, saúde e higiene;

c) a conservação adequada dos alimentos e o combate ao seu desperdício;

d) o aproveitamento correto dos recursos disponíveis na elaboração de cardápios equilibrados;

IV – o desenvolvimento de atividades educativas que tenham por tema a alimentação, como oficinas de culinária, cultivo de horta, exibição de vídeo ou programa veiculado pelos órgãos de educação e saúde, pesquisas e palestras, entre outras atividades que possam ser desenvolvidas em cada escola;

V – a realização de parcerias com entidades governamentais e não governamentais.

Art. 3º – Serão definidas em regulamento formas de colaboração com os Municípios, com o objetivo de promover a educação alimentar nas escolas de educação infantil e ensino fundamental dos sistemas municipais de ensino.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de abril de 2004.

Deputado Mauri Torres - Presidente

Deputado Antônio Andrade - 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria - 2º-Secretário

LEI Nº 15.073, de 5 de abril de 2004.

Dispõe sobre a doação, por empresa pública ou privada, de uniforme, mochila, pasta e material escolar a escola da rede pública estadual.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - A doação a escola da rede pública estadual, por empresa pública ou privada, de uniforme, mochila, pasta e material escolar gravados com a logomarca do doador dar-se-á com a observância do disposto nesta lei.

Art. 2º - Compete ao colegiado escolar deliberar sobre a proposta de doação a que se refere o art. 1º.

§ 1º - Para ser credenciada pelo colegiado escolar, a empresa apresentará:

I - dados cadastrais;

II - desenho da logomarca;

III - proposta de doação, com a relação nominal e numérica dos produtos a serem doados;

IV - cronograma de entrega dos produtos doados;

V - modelo ou leiaute do produto.

§ 2º - Aceita a proposta de doação, o colegiado escolar dará conhecimento formal da decisão tomada à empresa proponente, à direção da escola e à respectiva Superintendência Regional de Ensino.

§ 3º - (Vetado).

§ 4º - O número de uniformes, mochilas, pastas e materiais escolares doados pela empresa atenderá a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de alunos matriculados na escola.

Art. 3º - Fica vedado o credenciamento de empresa que:

I - seja ligada direta ou indiretamente à propaganda de:

a) fumo;

b) bebida alcoólica;

c) jogos de azar;

d) atividades político-partidárias;

II - veicule propaganda que atente contra a moral e os bons costumes ou que, por qualquer motivo, possa denegrir a imagem do estudante.

Art. 4º - É facultativo o uso de uniforme, mochila, pasta ou material escolar com a logomarca de empresa, doado nos termos desta lei.

Art. 5º - A logomarca da empresa doadora, a ser colocada na manga da blusa do uniforme escolar, ocupará espaço menor do que o reservado ao logotipo da escola ou igual a este.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de abril de 2004.

Deputado Mauri Torres - Presidente

Deputado Antônio Andrade - 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria - 2º-Secretário

LEI Nº 15.074, de 5 de abril de 2004.

Altera a Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH - e dá outras providências.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 1º - (...)

§ 4º - Na construção de habitação urbana ou rural com recursos do FEH, será dada preferência à utilização de energia solar na implantação de sistema de aquecimento.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de abril de 2004.

Deputado Mauri Torres - Presidente

Deputado Antônio Andrade - 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria - 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/3/2004

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Antônio Júlio e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, o Deputado Carlos Pimenta e a Deputada Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Vanessa Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Carvalho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 375/2003 na forma do vencido no 1º turno (relatora: Deputada Lúcia Pacífico). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Carlos Pimenta (2), em que solicita seja desenvolvida uma forma de a Comissão receber reclamações por danos causados pelo uso das estradas estaduais e federais do Estado e seja realizada reunião para debater com as operadoras de telefonia celular os termos de contratos celebrados com os consumidores mineiros; do Deputado Roberto Carvalho, em que solicita a realização de audiência pública com a finalidade de debater o expressivo aumento de preços do Gás Natural Veicular - GNV -; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a realização de audiência pública com o propósito de discutir o Projeto de Lei nº 896/2003 e as conseqüências de sua aplicação para o setor de frigoríficos em nosso Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2004.

Lúcia Pacífico, Presidente - Vanessa Lucas - Antônio Júlio - Irani Barbosa - Roberto Carvalho.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/3/2004

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria José Haueisen e os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, Laudelino Augusto e Adalclever Lopes (substituindo este ao Deputado Leonardo Quintão, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os termos da portaria que se pretende publicar pelo DNPM, autorizando a desmineralização das águas minerais, ato que irá alterar substancialmente a Portaria nº 222/97, e discutir e votar proposições da Comissão, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Presidente da Câmara Municipal de Várzea da Palma, Sr. Elder Monteiro de Moraes, comunicando a aprovação de requerimento do Vereador Antônio Pereira da Silva em que solicita a transferência da Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco, de Montes Claros para Várzea da Palma ou Pirapora, publicado no "Diário do Legislativo", de 18/3/2004, e fax do Sr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, justificando sua ausência na reunião. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.408/2004, no 1º turno, para o qual designou o Deputado José Milton como relator. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São submetidos a votação e aprovados os requerimentos do Deputado Adalclever Lopes em que solicita seja enviado ofício ao Governador do Estado para que determine a retirada de pauta da Câmara de Atividades Minerárias do COPAM do processo de licenciamento da Mina de Capão Xavier, de responsabilidade da MBR, e seja dada ciência ao Secretário do Meio Ambiente da referida correspondência, registrando-se o voto contrário dos Deputados Fábio Avelar e Doutor Ronaldo, da Deputada Maria José Haueisen solicitando a realização de reunião com convidados, para se debater o processo de licenciamento da Mina de Capão Xavier, da MBR. A seguir, a Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, em reunião especial, ouvir o Deputado Federal Odair Cunha; os Srs. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do DNPM; Marcelo Nassif, Diretor de Desenvolvimento Mineral da CODEMIG; Antônio Carlos Maia Figueiredo, Assessor de Planejamento do IGAM; Reynaldo Guedes Neto, porta-voz do Fórum das Organizações não Governamentais do Circuito das Águas - FOCAS -; e do Vereador Cássio Mendes, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Lourenço, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Deputado Laudelino Augusto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2004.

Maria José Haueisen, Presidente - Fábio Avelar - Leonardo Quintão - Doutor Ronaldo - José Milton.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 19ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 6/4/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para prosseguimento do Ciclo de Debates: Resistir Sempre - 64 Nunca Mais.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a Legislação Tributária no Estado, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2.40 e 2.41 da Tabela A do Anexo I e aos itens 5.10 e 5.11 da Tabela D do Anexo IV.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.852, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, o qual dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo grau e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.925, que dispõe sobre a prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, que cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 7º, 11 e 14 e pela rejeição do veto ao art. 13.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.574/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.581, 2.582 e 2.583/2004, do Deputado Weliton Prado;

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 985/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 1.147/2003, da Deputada Ana Maria Resende.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 318/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 871/2003, do Deputado Weliton Prado; 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.486/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.490/2004, das Deputadas Maria Tereza Lara e Jô Moraes; 2.512/2004, do Deputado Rogério Correia, das Deputadas Marília Campos e Jô Moraes e dos Deputados Chico Simões e Laudelino Augusto; 2.578 e 2.579/2004, do Deputado Chico Simões; 2.591/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.531/2004, da Comissão de Segurança Pública; 2.554/2004, do Deputado Dimas Fabiano; 2.605/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.611/2004, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.070/2003, do Deputado Paulo Piau; 1.225/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.232 e 1.233/2003, do Deputado Chico Simões; 1.234/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.241, 1.327/2003, do Deputado Célio Moreira; 1.251/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 1.252/2003, da Deputada Cecília Ferramenta; 1.269/2003, do Deputado Rogério Correia; 1.272/2003, do Deputado Padre João; 1.301/2003, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.303 e 1.308/2003, do Deputado Neider Moreira; 1.307/2003, da Deputada Maria Olívia; 1.315/2003, do Deputado João Bittar; 1.317 e 1.318/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 1.322 e 1.323/2003, do Deputado Zé Maia; 1.325/2003, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.332/2003, do Deputado Sebastião Helvécio.

Requerimentos nºs 2.576 e 2.577/2004, do Deputado André Quintão; 2.595/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 2.609/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.615 a 2.618/2004, do Deputado Weliton Prado; 2.620/2004, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.282/2003, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.580/2004, do Deputado Dimas Fabiano; 2.589/2004, do Deputado Célio Moreira; 2.608/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 6/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.606 e 2.607/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.594/2004, da Deputada Maria José Haueisen e dos Laudelino Augusto e Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 7/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 15/4/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a implementação do passe-livre para os pacientes portadores de doença renal crônica em terapia renal substitutiva, em âmbito estadual, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende, e os Deputados Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2004, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 727/2003 e 831/2003, do Deputado João Bittar, 1.053/2003, do Deputado Adalclever Lopes, se discutirem e votarem, em turno único, os Projetos de Lei nº 195/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 446/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, 1.291/2003, do Governador do Estado, 1.296/2003, do Deputado Neider Moreira, 1.298/2003, do Deputado Padre João, 1.299/2003, do Deputado Célio Moreira, 1.305/2003, do Deputado João Bittar, 1.326/2003, da Deputada Vanessa Lucas, 1.403/2004, do Governador do Estado, os Requerimentos nºs 2.596/2004, 2.597/2004, 2.598/2004, 2.599/2004 do Deputado André Quintão e 2.601/2004 do Deputado Domingos Sávio e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2004.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Aeroportos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Fábio Avelar, Ivair Nogueira e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2004, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o relatório final do relator e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2004.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da Comissão de Saúde; Paulo Cesar, Biel Rocha, Chico Rafael, Márcio Passos e a Deputada Maria Olívia, membros da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, para a reunião a ser realizada em 13/4/2004, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e analisar o Projeto de Lei nº 158/2003, do Deputado Rogério Correia, com a presença dos convidados mencionados na pauta.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.243/2003

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De iniciativa do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em pauta pretende alterar a Lei nº 14.675, de 10/7/2003, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Preventiva, com sede no Município de Divinópolis, a fim de mudar a denominação da entidade para Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública.

Submetida a matéria preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Preventiva, com sede no Município de Divinópolis, foi declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.675, de 2003.

Considerando sua nova denominação, em que foi substituída a palavra "Preventiva" pela palavra "Pública", torna-se necessária a alteração na referida lei, que lhe concede o título estadual.

O objetivo da Associação continua o mesmo: dar suporte aos órgãos governamentais responsáveis pela segurança pública, com a logística necessária e suficiente para a proteção da comunidade divinopolitana.

Assim sendo, é conveniente e oportuna a correção no nome da instituição por intermédio da proposição em análise.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.243/2003.

Sala das Comissões, 29 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.403/2004

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 188/2004, fez remeter o projeto de lei em tela, que pretende seja dada a denominação de Escola Estadual Professora Maria Luíza Antunes Calçado à Escola Estadual de Ensino Fundamental, situada no Município de Ubá.

Após ser examinada a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 102, VI, c/c o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Para o exame de mérito da proposição, de pronto cabe-nos ressaltar que a indicação do nome de Maria Luíza Antunes Calçado para denominar a Escola Estadual de Ensino Fundamental, 1ª a 4ª séries, situada no Município de Ubá, se nos afigura oportuna.

Tal entendimento deve-se ao fato de que essa saudosa personalidade notabilizou-se como renomada educadora, prestando relevantes serviços à comunidade ubaense.

Nada mais justo, portanto, seja prestada a devida homenagem àquela pessoa que se dedicou exclusivamente à educação e que deixou legado exemplar - uma vida dedicada à promoção do ensino público.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.403/2004.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Leonídio Bouças, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/3/2004

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da Mesa, funcionários da Casa, telespectadores que assistem à reunião pela TV Assembleia, completou-se ontem um ano do acidente ecológico de Cataguases. A memória desse fato foi reavivada, na última semana, com a comemoração da Semana das Águas, que trouxe o foco das atenções para a questão dos recursos hídricos em nosso Estado.

A pergunta é inevitável: como está hoje a situação em Cataguases? Estará sendo cumprido o termo de ajustamento de conduta firmado no ano passado?

Ao que consta, algumas obras já estariam sendo realizadas na barragem destinada à coleta de rejeitos. Mas a nossa preocupação vai muito além da barragem. É preciso saber se houve a recomposição da cobertura vegetal da região, seriamente danificada com o rompimento da barragem. É necessário averiguar se as terras dos agricultores locais já estão em condições de receber o plantio normal, se as nascentes estão protegidas, se as águas dos córregos e rios da região já estão livres dos resíduos tóxicos.

Estive no local com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa, logo após o rompimento, precisamente no dia 4 de abril, e pude verificar a devastação ali ocorrida.

Naquela ocasião apresentei requerimento solicitando às Prefeituras mineiras informações sobre a existência de barragens nos municípios, com o objetivo de fazer um mapeamento das barragens no Estado, a fim de ensejar uma atuação preventiva dos órgãos ambientais.

As informações prestadas foram catalogadas pela Comissão, e tive, na ocasião, a satisfação de saber que a FEAM também se dedicou ao levantamento das barragens.

É importante que se acompanhe o quadro atual, especialmente se lembrarmos que a barragem de Cataguases coletava resíduos há 14 anos, sem manutenção e sem fiscalização.

Hoje, no entanto, o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, já dispõe do mapeamento e instituiu plantões para atendimento emergencial, o que não havia no ano passado.

Trago aqui as minhas dúvidas, expresso as minhas apreensões e estou requerendo uma visita técnica da Comissão de Meio Ambiente desta Assembleia a Cataguases, na qual poderemos ter as respostas necessárias e a comprovação das providências já adotadas.

Naquela ocasião, o abastecimento de água da região foi muito afetado, e também outros Estados tiveram o fornecimento interrompido, devido à contaminação das águas do rio Paraíba do Sul.

Espero que a Comissão de Meio Ambiente aprove o meu requerimento e que possamos verificar, de perto, o quadro atual em Cataguases. Espero poder trazer a esta Casa boas notícias, de medidas eficazes e adequadas para o restabelecimento da normalidade na região.

Venho, todavia, a esta tribuna para mais um registro: no último domingo, dia 28, completaram-se dois meses do bárbaro assassinato dos Auditores Fiscais do Trabalho e do motorista do Ministério do Trabalho, que estavam a serviço em Unaí. Após o ocorrido, o Governador Aécio Neves colocou as Polícias Militar e Civil do Estado à disposição, para ajudar na captura dos assassinos e nas investigações. Deslocaram-se imediatamente para Unaí o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Chefe da Polícia Civil, ambos acompanhados do efetivo necessário para o trabalho. Entendeu-se, porém, que a competência para as investigações seria da Polícia Federal, motivo pelo qual as Polícias estaduais foram dispensadas e afastaram-se das apurações.

Passados dois meses, tudo continua na mesma. As famílias que perderam seus entes queridos precisam confiar em que os responsáveis pelos crimes sejam punidos. Elas querem saber que a justiça será feita, ainda que não lhes reste outra esperança diante de uma perda como a que sofreram.

Os colegas de trabalho dos Fiscais mortos na tocaia foram domingo a Unaí, para manifestar seu inconformismo com o atual estado de coisas. Creio que já esperamos demais. Outros Auditores Fiscais estão com a vida em risco, pois a sua atividade não pode parar. Famílias estão apreensivas ante a possibilidade de perda de outras vidas, ceifadas no cumprimento do dever.

Enquanto isso as leis trabalhistas continuam desrespeitadas, e mais ainda com a expectativa da impunidade. Devem estar prosperando por aí o trabalho escravo, o trabalho infantil, o trabalho sem registro, sem salário, em condições degradantes. Quantas outras vidas serão tiradas nesta batalha em que se ataca à tração e não se conhece a face do agressor?

Os agentes da Polícia Federal estão em greve, e é bem possível que os trabalhos de investigação estejam paralisados. O povo mineiro, por nós representado nesta Casa, precisa saber como estão as famílias daqueles que morreram, como está o trabalho de fiscalização no Estado e, principalmente, quem são e onde estão os assassinos.

O clima de insegurança e intranquilidade toma conta dos Auditores Fiscais, agora que a vulnerabilidade do seu trabalho ficou tão evidenciada. Alguns vêm recebendo ameaças e temem pelas suas famílias. À medida que o tempo passa, o crime cai no esquecimento, deixa as páginas dos jornais, a vida vai voltando ao que era, os Auditores retornam à fiscalização, maior é o risco de novos atentados. E, quanto mais passa o tempo, menos se conformam as famílias daquelas vítimas executadas no cumprimento do dever. Como estarão hoje as viúvas, os filhos dos Auditores e do motorista assassinados?

São muitas as perguntas sem respostas. Esta Casa, por meio de suas Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos, pode contribuir expressivamente nessa questão, buscando o clareamento dos fatos e propondo soluções. Vamos trazer para o parlamento esse debate, vamos manter viva essa confiança em que os autores desse crime não se esconderão nas sombras da impunidade. O desrespeito à autoridade e à vida do servidor público é o desrespeito ao poder público. É a autoridade do Governo e a prevalência da lei que estão em jogo. Que a resposta venha rápida e firme.

Trago ainda um outro assunto. O movimento estudantil, principalmente o acontecido há algumas horas em frente ao Banco Central, próximo a esta Assembléia, fez-me voltar ao tempo do ex-Presidente Collor de Mello: vi jovens com os rostos pintados. Recomendo, pois, aos administradores deste País que botem suas barbas de molho.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo V. Exa. por essa reflexão e irei reportar-me à chacina de Unaí. V. Exa. traz a esta Casa um assunto da mais alta importância para o parlamento, para Minas e para o Brasil.

Por meio das comissões da Assembléia Legislativa, devidamente representadas pelos nossos pares, cabe-nos buscar uma solução e um esclarecimento necessário.

A propósito, caríssimo Deputado Doutor Ronaldo, estivemos, há 15 dias, em Brasília, em uma audiência com o Chefe de Gabinete do Ministro Márcio Thomaz Bastos e com a Polícia Federal, cobrando efetivamente, em nome de Minas Gerais, esclarecimentos a respeito do fato. Várias ponderações foram feitas, inclusive sobre a força-tarefa. Sabemos que, em Minas Gerais, por determinação do nosso Governador Aécio Neves, tanto a Polícia Civil quanto a Militar e o Ministério Público, por unanimidade, dedicaram-se à investigação e à realização de um processo mais acurado. Sabemos da grande dificuldade de apurar-se um crime. Naquele momento, obtivemos, por parte do Delegado da Polícia Federal Presidente do inquérito do caso ocorrido em Unaí, um compromisso muito forte de nos dar conhecimento e resposta quanto a todas as gestões e às tarefas que estavam sendo cumpridas. Por sugestão da Mesa, com a presença de vários Deputados, naquele momento foi constituída a Comissão dos Auditores Fiscais, para que possam acompanhar de perto todo o desenrolar, que ainda é um mistério para nós. Vidas foram ceifadas, e as viúvas aguardam o posicionamento da justiça. Desejamos fazer coro com as manifestações de V. Exa., que expressam um sentimento de pesar, porque todos estavam no devido cumprimento do seu dever e das suas responsabilidades, assim como estamos, defendendo o parlamento. Eles também estavam defendendo a sua instituição e o estado pleno de direito.

Essa reflexão que V. Exa. nos traz é importante. Gostaria que as comissões também constituídas na Assembléia Legislativa formassem uma força-tarefa para exercer cobrança junto à Polícia Federal, sabedores que somos da sua competência e da sua integridade. Temos certeza de que, por parte do Dr. Otto, que é o nosso Secretário, e por parte do Desembargador Lúcio Urbano, por determinação do Governo, Minas tem feito a sua parte, sem dúvida alguma. Mas conhecemos as dificuldades na averiguação desse crime que chocou o País.

Essa reflexão que V. Exa. nos traz é muito oportuna. É da nossa responsabilidade dar conhecimento dos fatos ao nosso povo do Brasil e de Minas. Com sua feliz iniciativa, podemos buscar respostas, acompanhar o processo e dar satisfações ao nosso Estado e ao Brasil.

Felicito V. Exa., pois ponderações como essas são importantes. Essa reflexão acontece no sentimento de cada mineiro e de cada brasileiro. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Doutor Ronaldo - Folga-me muito, Deputado, tomar conhecimento dessa reunião realizada em Brasília, porque o que mais me assusta neste momento, no Brasil, é saber que nesses crimes com um certo grau de complexidade, o autor não aparece. Não podemos esquecer aquele crime envolvendo o empresário norte-americano no Rio de Janeiro e o do Prefeito Celso Daniel, ocorrido em São Paulo. Esses fatos nos chocam, porque constatamos que há hoje nas ruas a guerra civil. É raro um final de semana, em Belo Horizonte, em que não morrem mais de 20 pessoas. Não basta taparmos os nossos olhos, temos de abri-los e partir para um contra-ataque, senão o estado de direito cede ao estado do não-direito, ou seja, ao estado da criminalidade.

A Deputada Jô Moraes (em aparte)*- Deputado Doutor Ronaldo, o pronunciamento de V. Exa. vai ao encontro dos trabalhadores, dos Auditores Fiscais e de todos que ficaram indignados e, sobretudo, absolutamente inquietos diante da completa inexistência de culpados e por não se chegar a uma situação concreta. Os Auditores Fiscais e os trabalhadores que realizam um trabalho em nome do Estado, após aquele crime,

sentiram-se completamente ameaçados no exercício da sua função. Ficaram sem saber qual a garantia que o Estado lhes concedia para terem a sua vida protegida ao exercerem uma função pública.

Muitos daqueles trabalhadores choravam diante da manifestação, não apenas pela perda absolutamente inconseqüente, mas pelo sentimento de ameaça de morte que pesava sobre eles. O pronunciamento de V. Exa. é um alerta permanente para todos nós.

Quero dizer também que achei muito importante o registro que fez da manifestação dos estudantes, hoje. Foi um belo espetáculo, com a participação de uma imensa juventude que parecia uma horda a invadir as ruas. Mas não houve incidentes. Na porta do Banco Central, foi queimado o caixão da política econômica que o Governo Lula herdou e foram lavadas as letras desse Banco e da política neoliberal herdada. Essa juventude que foi capaz de ter essa consciência crítica comportou-se com a mais absoluta disciplina. Por isso, considero importante que V. Exa. faça esse registro. A juventude de Belo Horizonte e de Minas Gerais conta com o nosso integral apoio nas suas mobilizações pela mudança em nosso País. Obrigada.

O Deputado Doutor Ronaldo - Obrigado, Deputada Jô Moraes. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elmiro Nascimento - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, em entrevista concedida ao jornal "Estado de Minas" no último sábado, acusou o PFL de oportunista e disse que o partido está tentando desestabilizar o País para tentar chegar novamente ao poder. Conhecemos muito o Nilmário Miranda, tivemos o prazer de ser seu colega nesta Casa durante oito anos e sabemos que, na época, era um Deputado combativo e de oposição. Estranhamos que essa atitude tenha partido dele, de um Ministro do Governo Lula que sempre foi oposição neste País, e que agora já não pode ficar nessa posição. O PFL, sim, tem todo o direito democrático de fazer o seu programa gratuito na televisão, utilizando-se da mazela do desgoverno que aí está e mostrando à população brasileira que está realmente prestando um grande serviço à Nação, com oposição séria, construtiva e objetiva, visando ao futuro de todos nós. É isso o que fazemos. Não podemos deixar que a situação fique como está. Na inserção do programa gratuito, a campanha eleitoral do PT prometeu crescimento com 10 milhões de empregos, e o Brasil tem crescimento zero. Estamos falando a verdade. O povo está vendo e sentindo os reflexos no seu bolso. A crise generalizou-se neste País. No ano passado, tivemos 1.500.000 desempregados. Este ano, somente com uma canetada, o Presidente Lula demitiu 300 mil pessoas do bingó. Essa é a plena realidade. Nunca houve um desemprego tão grande na história do País. Para se ter uma idéia, o índice alcançou hoje 20% da camada produtiva. Isso é muita coisa! Isso realmente desestabiliza toda a economia. O Brasil parou! O Governo Lula lançou o programa Primeiro Emprego. Foi uma festa com propaganda incrível. Fizeram várias reuniões e comemorações, conforme a notícia da última "Veja", ainda um vexame, o programa, lançado em novembro do ano passado e destinado a jovens de 16 a 24 anos com renda familiar "per capita" de até meio salário mínimo, conta com recursos federais para empregar 28 mil jovens; mas até agora o projeto conseguiu atender apenas 577 jovens em todo o País, sendo em quatro Estados o atendimento igual a zero. Não podemos criticar isso? O programa do Governo foi lançado há cinco ou seis meses, e o Estado de São Paulo, por exemplo, maior Estado da Federação, teve somente 94 empregos. Isso é para que vocês sintam como o Brasil parou no tempo e no espaço. É isso que o PFL quer dizer. Estamos fazendo oposição, mas uma oposição construtiva, visando ao futuro do País, para darmos sustentáculo à própria economia e à administração pública.

O segundo item da propaganda gratuita diz que, na campanha do PT, prometeram o combate à corrupção. No Governo, o PT faz qualquer negócio para impedir a CPI dos Bingos. Sabemos muito bem quanto o PT, no passado, falou em relação às CPIs, pedindo CPI do que podia e do que não podia. Hoje, é radicalmente contra. Por que é contra? Vamos deixar que a população conheça a realidade dos fatos, o que ocorreu com o Sr. Waldomiro Diniz. Dizem que não há corrupção, mas a corrupção está à solta. Por que não apurar? Parece que os fatos ocorridos com o Sr. Waldomiro Diniz envolvem vários segmentos, como a Caixa Econômica e outros setores.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Elmiro Nascimento, quero cumprimentá-lo, sei da seriedade e da ponderação de V. Exa., como também comungo com as palavras que V. Exa. proferiu a respeito do Deputado Nilmário Miranda, hoje Ministro, de que, sem dúvida, é um grande brasileiro, um homem pelo qual temos estima. Mas é surpreendente essa atitude do PT. Coincidentemente, este fim de semana, em Divinópolis, alguém me dizia que alguns companheiros do PT, com quem sempre tive uma relação extremamente fraterna e respeitosa, também se diziam insatisfeitos, porque este Deputado tem mantido uma postura crítica e de oposição ao PT, como se isso fosse algo inaceitável. Agora, V. Exa. nos traz essa constatação de que o Ministro criticou a propaganda do PFL, o direito legítimo, a obrigação do PFL de fazer oposição. Disputamos as eleições, perdemos, mas continuamos com uma responsabilidade enorme para com este País. O papel da Oposição é fundamental, e o PT bem sabe disso. É surpreendente lideranças como essas questionarem o direito legítimo, volto a insistir, a nossa obrigação de alertar o País. Triste é que venham fazer uma crítica à propaganda do PFL, direito legitimado de qualquer partido organizado. O PT questionar propaganda é algo muito sério. Se há um partido neste País que deve sérias explicações à população do ponto de vista da propaganda, é o PT. O PT fez uma propaganda neste País e ganhou as eleições por causa disso. E o que se vê é bem o contrário. É perfeitamente possível que os brasileiros questionem se é ou não propaganda enganosa; aliás, não só em termos de campanha eleitoral. Há poucos dias, Deputado Elmiro Nascimento, o Governo Lula se viu obrigado a retirar do ar uma propaganda do Governo Federal, produzida pelo Sr. Duda Mendonça, que falava de desenvolvimento agrário, com um filme feito em uma grande fazenda em Cotia, na Grande São Paulo, mostrando coisas que nada têm que ver com a ação do Governo do PT ou com as áreas do PRONAF que, por sinal, não representaram nenhuma novidade e nenhum avanço até o momento.

O Presidente Lula, ao assumir o Governo, subiu em trator para anunciar uma colheita de safra como se fosse do seu Governo, e uma revolução no campo; entretanto esquecia-se de que a safra fora plantada no Governo anterior, com financiamento do PRONAF. Se não bastasse, prometeu o assentamento de 500 mil famílias e ainda disse que o MST deixaria de existir - não que impediria o legítimo direito democrático do movimento -, tamanha a reforma agrária que faria. Foram assentadas 4 mil famílias em mais de um ano, marca vergonhosa e extremamente inferior aos números alcançados pelo Governo anterior, tão combatido pelo PT.

O Deputado Elmiro Nascimento - Parece-me que foram 120 mil famílias.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - E ainda fala em propaganda? Portanto, temos o dever de fazer oposição com responsabilidade e respeito ao PT. Queremos que o partido resgate seus verdadeiros compromissos com o Brasil, contribua para o País e alerte o Governo a tempo. Na França, Jacques Chirac acaba de sofrer derrota fragorosa. São alertas que a oposição do passado recebe no presente. O Governo não pode firmar compromissos com o povo brasileiro apenas em bravata de palanque. É preciso colocá-los em prática, e estamos aqui para cobrá-los de forma responsável. Parabéns, Deputado Elmiro Nascimento!

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Elmiro Nascimento, Líder do PFL, parabeno V. Exa. Muito me entristeceram as palavras do Ministro ou Secretário dos Direitos Humanos, não se sabe ao certo.

O Deputado Elmiro Nascimento - Ele é Secretário com "status" de Ministro.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Devem existir em torno de 40 com "status" de Ministro. O Ministro Nilmário Miranda, mineiro, deveria conhecer a fundo o que é a democracia brasileira, como também todos os Poderes. Devemos respeitar o fato de um país fazer oposição responsável, como o PFL, o PSDB e o PDT, pois, dessa maneira, a governabilidade não será atingida.

Há dois anos, éramos da base do Governo do Presidente Fernando Henrique, e o PT fazia oposição mentirosa e irresponsável, mas respeitada e aturada por nós. Por que agora, quando fazemos oposição apontando os caminhos, diferentemente do passado, mostrando exclusivamente a incoerência total do seu discurso, o PT não faz como fazíamos? Antes pregava o rompimento com o FMI. Agora o Governo sobe o superávit primário, de 3,75 para 4,25, para fazer graça ao FMI. Propunha instalações de CPI; entretanto, no primeiro escândalo do Governo Federal, é o primeiro a abafar os fatos, inclusive comprando os Deputados com emendas. Esses parlamentares do PT questionavam a questão dos impostos e como um governo poderia descontar impostos dos salários dos aposentados. Quem aprovou a proposta na reforma da Previdência? Quem mais se empenhou para que fosse aprovada? Foi o PT.

Que fique bem claro ao Ministro Nilmário Miranda e ao Governo do PT que o PFL, o PSDB e o PDT continuarão a fazer oposição responsável, diferente da que pregavam. Mostraremos à população brasileira que mentira e discurso demagogo não cabem no País. O único serviço prestado pelo Presidente foi o de elevar a consciência política ao ápice, pois o povo não acredita mais em santo milagreiro.

As respostas virão agora em outubro, Deputado Elmiro Nascimento, com a maciça votação, tenho certeza, nos candidatos que fazem oposição ao Governo Federal.

Muito obrigado. Parabéns a V. Exa. pela discurso. Tenha certeza de que Nilmário Miranda não calará essa oposição que quer trabalhar, e trabalha, pelo bem do nosso povo e do nosso País.

O Deputado Elmiro Nascimento - Eu sou quem agradece, Deputado Gustavo Valadares.

Friso também que a crise parte da própria base do Governo. O Presidente do PL, Deputado Waldemar Rocha Neto, pediu, aliás, em público, em entrevista coletiva para todo o Brasil, a cabeça do Ministro Palocci. Nada foi feito. Parece que não há comando na área do Governo. O próprio Vice-Presidente da República, a quem respeitamos muito, e respeitamos da mesma forma o Presidente Lula, quantas vezes já foi à imprensa, em pronunciamento, pedir para baixarem os juros neste País? Essa política econômica está inviabilizando o País, que não está crescendo, está regredindo.

Foi publicada ontem no jornal "Estado de Minas" uma página com a seguinte manchete: "Tudo parado. Apenas 0,8% dos investimentos previstos no orçamento para a União para 2004 foram executados no primeiro trimestre. Os valores pagos somaram escassos R\$109.000.000,00". Desses R\$109.000.000,00, 42% foram destinados ao pagamento da primeira parcela do avião do Presidente Lula. Quarenta e dois por cento do investimento de um país de dimensão continental como o Brasil, durante três meses, para pagar a primeira parcela do avião do Presidente Lula! Nem o Primeiro-Ministro da Inglaterra, Tony Blair, tem avião; freta avião quando viaja. No entanto, temos que ter. Se não houvesse oposição lá, talvez comprassem um avião melhor do que o do Presidente dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, em relação aos investimentos do Governo Lula, mais uma vez gostaria de dizer que nada está sendo investido. Em agricultura foram investidos 0,04%. Pela primeira vez, em 10 anos, esse setor diminuirá a sua safra. Em vários outros setores, como ciência e tecnologia, transportes, a situação é a mesma. A educação, mais especificamente as universidades públicas, está um caos. No que se refere aos transportes, as rodovias neste País acabaram, não existem mais. Há dinheiro. A CIDE, instituída graças à competência e à inteligência do Ministro Eliseu Resende, está gerando aos cofres públicos quase R\$10.000.000.000,00 por ano. O Governo, aliás, está contrariando a própria lei, pois não está investindo nas rodovias, no setor de transporte. Tudo está indo para o superávit primário. Enquanto isso, não temos a mínima condição, hoje, de trafegar nas nossas estradas. Quantas mortes os buracos estão proporcionando?

Sras. e Srs. Deputados, é por isso, com todo o respeito ao PT, que quero dizer que somos oposição sim, mas oposição séria, construtiva, visando ao interesse do nosso povo e deste País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, o que nos traz aqui hoje é um assunto bastante conhecido e pouco divulgado: a situação da Mina Capão Xavier.

Estamos levantando essa questão há quase 60 dias. Tivemos que mover uma ação contra a MBR e contra o Governo do Estado para suspender a operação dessa mina, que trará, sem nenhuma dúvida, pois temos toda a documentação de licenciamento, uma dificuldade para a população de Belo Horizonte no que se refere ao abastecimento de água.

O poder econômico, mais uma vez, quer impor à população de Belo Horizonte um dos maiores sacrifícios que ela pode sentir, que é a falta de água. Trouxemos para a tribuna, dias atrás, um balde, que era o símbolo dessa situação. Não sei por quais motivos a MBR não tem deixado que essas notícias sejam mostradas à população. Mas, como já disse, fomos mais adiante. Há uma ação no Tribunal de Justiça e uma na Justiça Federal, por meio da qual conseguimos uma liminar suspendendo toda essa operação.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)* - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Parabenizo sua coragem em dar continuidade a esse processo juntamente com o Deputado Adalclever Lopes, pois são autores da ação que está tramitando na Justiça Federal de 1º grau em Minas Gerais. Farei a leitura de um trecho da liminar concedida por decisão do Juízo Federal da 17ª Vara: "...licenças prévias, de instalação ou de operação para exploração mineral e construção de estrada de acesso na área denominada Capão Xavier".

Foi determinado ainda por aquele juízo que "a empresa Minerações Brasileiras Reunidas - MBR - abstenha-se de praticar quaisquer atividades tendentes à execução mineradora ou de instalação de maquinário ou equipamentos industriais na área, sob pena de multa diária de R\$50.000,00".

Essa decisão judicial veio em muito boa hora: paralisa, pelo menos por enquanto, um processo de licenciamento ambiental cheio de dúvidas, suspeitas e questionamentos, nobre Deputado Adalclever Lopes. O primeiro questionamento, Deputado Doutor Ronaldo, que hoje, ao ocupar esta tribuna, abordou muito bem a questão ambiental de Cataguases, diz respeito à empresa contratada pela MBR para realizar toda essa farsa que foi montada. O nome dessa empresa, Deputado Sargento Rodrigues, é FRASA Ingenieros e Consultores, com sede em Madri. Foi contratada em 1997, nobres Deputados Miguel Martini, que participou conosco da audiência pública, e Roberto Carvalho, grande defensor das águas de Belo Horizonte, por US\$400.000,00, para realizar um estudo sobre a viabilidade do empreendimento.

O que me deixa mais estarrecido, Deputado Antônio Júlio, é o fato de que a FRASA Ingenieros e Consultores não é registrada no CREA-MG. O grande engenheiro contratado para assinar o estudo não existe no Brasil, não é credenciado pelo Governo brasileiro. Deputado Chico Simões, V. Exa., que é um grande médico de Coronel Fabriciano, pode exercer a sua profissão na Europa ou nos Estados Unidos? Não. Como, então, um engenheiro espanhol, funcionário de uma empresa estrangeira que recebeu US\$400.000,00 da MBR, pode exercer sua profissão no Brasil? Para nosso espanto, Deputada Marília Campos, do PT, minha amiga, e Deputado Doutor Ronaldo, que faz parte da Comissão de Meio Ambiente, o trabalho foi apresentado em espanhol. Os técnicos brasileiros do COPAM, da FEAM e da COPASA são capazes de ler esse estudo? Será que são professores de espanhol?

Enfim, a MBR contratou, em 1997, a FRASA Ingenieros e Consultores, com sede em Madri, na Espanha, para realizar, por US\$400.000,00, um estudo sobre a viabilidade do empreendimento. No estudo encaminhado à Assembléia Legislativa, constou a recomendação da COPASA.

Senhoras e senhores, indago a esta Casa quem indicou essa empresa. Este é o momento de dar nome aos bois. Técnicos da COPASA disseram que a FRASA Ingenieros e Consultores era a melhor empresa, para realizar esse estudo. Quem da COPASA indicou essa empresa, que recebeu US\$400.000,00? Peço aos Deputados - aliás, aos que já foram servidores da COPASA - que venham a esta tribuna e digam quem a indicou.

A justiça concedeu a liminar. Deputado Adalclever Lopes, espero que, nesta Casa, esse processo prossiga e continuemos a lutar para que a água de Belo Horizonte não acabe. A Assembléia Legislativa e a Comissão de Meio Ambiente não se calarão.

Na última quinta-feira os integrantes do COPAM reuniram-se, com decisão previamente estabelecida. Deputado Roberto Carvalho, o representante do Ministério Público esteve presente, e não lhe concederam a palavra. Um dos conselheiros pediu vista do processo. Não concederam vista ao membro do COPAM, atropelando todo o processo. Aliás, deram licença de operação contra a vontade da Assembléia Legislativa e do Ministério Público, que claramente se pronunciou nesta Casa e na reunião do COPAM. Logo, o processo não foi democrático. Naquele momento cessaram a democracia, e o ditatorialismo tomou posse da situação. Ainda devemos esclarecer as dúvidas, os questionamentos. Negaram voz ao Ministério Público e vista ao conselheiro. Na quinta-feira o COPAM cedeu a licença de operação. A caixa-preta deve estar em outro nível, e não no federal. Felizmente, há justiça no Brasil. A Justiça Federal cedeu a liminar, que foi bem clara, proibindo todo o processo. Ela diz que estão suspensas as licenças, quer sejam prévias, de instalação ou de operação, para a exploração mineral e a construção de estrada de acesso às áreas englobadas pela Mina Capão Xavier. Fico estarelecido ao ver que a empresa MBR realiza uma grande campanha publicitária. Em breve, subirei a essa tribuna para questionar isso. Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio, pelo aparte e pela paciência de escutar-me.

O Deputado Roberto Carvalho (em aparte) - Caro amigo Deputado Antônio Júlio, parabênizo V. Exa. pela sua luta em defesa da natureza e das águas. Hoje todo o Brasil tem lutado para conscientizar a população da necessidade de se preservar a água, nossa fonte de vida. Essa é uma luta de todos nós e da Assembléia Legislativa.

Parabênizo também o Deputado Elmiro Nascimento. Dou-lhe razão. O PFL realmente está há 500 anos no poder. Fez o Brasil virar o que virou. O PFL, partido dos banqueiros, levou o Brasil a uma miséria terrível; aliás, o Presidente da Federação dos Bancos é desse partido. Nos últimos dez anos, temos a menor taxa de juros; e o Governo Lula, em um ano de existência, é o responsável por todos os males que criaram; logo, o meu amigo, Deputado Elmiro Nascimento, realmente tem razão.

O Deputado Antônio Júlio* - Retorno ao pronunciamento do Deputado Leonardo Quintão, para mostrar o projeto, que é polêmico aos que não o conhecem.

A área de preservação de manancial foi decretada em 1950, num trabalho fantástico realizado pelo Sr. Juscelino Kubitschek, Prefeito de Belo Horizonte na época.

Quando da expansão do Município de Belo Horizonte, seu Prefeito via aquela área como a única para preservação do manancial de água de abastecimento da Capital. De lá para cá, o Município de Belo Horizonte adquiriu essa área de preservação no Município de Nova Lima. Estamos discutindo um empreendimento no Município de Nova Lima, mas de responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte. Houve vários enlances desde 1992. Os responsáveis pela empresa dizem que estão analisando a questão há 11 anos. Não é verdade. Já no Governo Patrus Ananias, quando pediram que se fizesse um convênio entre o IEF, a Prefeitura de Belo Horizonte, a COPASA e a MBR, firmou-se um convênio para instalação do Parque Rola-Moça e da Estação Ecológica de Fechos, reconhecendo, entre outras coisas, que a área era de proteção especial para preservação dos mananciais. No entanto, o mais sério que o Prefeito Patrus Ananias disse naquela época foi que só assinaria a licença se fosse reconhecida a insubordinação à Lei nº 10.793, de 1992. E disse muito claramente que, se estivesse dentro do que a lei determinava, a Prefeitura de Belo Horizonte providenciaria toda a documentação. E mais, a Prefeitura de Belo Horizonte contratou uma empresa de São Paulo que entendeu, no seu parecer, como inconsistentes os estudos apresentados na época pela empresa de consultoria contratada pela MBR.

Estamos falando da Prefeitura de Belo Horizonte, que deveria estar mais preocupada com esse abastecimento. A Prefeitura aprovou a transação. Logo depois, o Prefeito Célio de Castro aprova uma lei autorizando a Prefeitura a fazer aquele trabalho. Neste ínterim, o COPAM aprova uma legislação que classifica os mananciais como especiais. Então, a Prefeitura de Belo Horizonte, já sob o Governo do Prefeito Célio de Castro, veda essa autorização, também mantendo o mesmo posicionamento do Sr. Patrus Ananias, de que não estava sendo cumprida a lei estadual que se refere ao manancial de águas, ou seja, à exploração de minérios na área de preservação de Ferros. Dizem que havia estudos. Na verdade, não houve estudos aprofundados, tanto que várias empresas foram contratadas para emitir um parecer em cima de outro. E mais: quando Célio vetou, a Câmara manteve o veto. Depois, talvez por falta de informação, já com o Prefeito Fernando Pimentel, a Prefeitura autoriza esse levantamento e começa a história de licenciamento de Capão Xavier.

Essa história precisa ser passada a limpo, não entendemos como o COPAM e a FEAM podem autorizar essas licenças sem prestar atenção na Lei nº 10.793, de 1992.

Esse é nosso questionamento. Não estamos questionando se a exploração do minério é importante ou não.

Voltaremos a esse tema, pois é necessário tempo para que os nobres Deputados, as colegas Deputadas e a imprensa tomem conhecimento desse processo. Não estamos fazendo oposição a nenhum projeto em Minas Gerais, estamos apenas tomando posição em nome da Assembléia Legislativa e do povo de Belo Horizonte para preservar o que há de mais importante na vida, a água. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, alguns assuntos, em nível das imprensas local e nacional, chamaram nossa atenção esta semana. Um deles diz respeito aos investimentos para 2004 do Governo Federal: na área da agricultura, a previsão para investimento, em reais, era de R\$189.000.000,00, mas o Governo Lula investiu R\$73.000,00, ou seja, 0,04%; na área de ciência e tecnologia, de R\$209.000.000,00, mas os investimentos feitos até agora foram de R\$375.000,00, ou seja, 0,18%; na educação, de R\$692.000.000,00, e foram investidos R\$352.000,00, isto é, 0,05%; na justiça, de R\$554.000.000,00, e foram investidos R\$10.300,00, ou seja, 0,001%; na área de minas e energia, de R\$68.000.000,00, e foram investidos R\$8.300,00, isto é, 0,01%; na saúde, de R\$2.537.000.000,00 e o valor investido até agora foi de R\$4.700.000,00, ou seja, 0,19%; na área do trabalho e emprego, de R\$33.500.000,00, mas o investimento feito foi de zero; na área de transportes, de R\$2.388.000.000,00 e foram investidos R\$50.000,00, ou seja, 0,002%; na cultura, de R\$109.000.000,00, e foram investidos R\$1.500,00, ou seja, 0,0001%; no esporte, de R\$250.000.000,00, e foi investido zero; na defesa, de R\$1.109.000.000,00 mas foram investidos R\$47.000.000,00, ou seja, 4,3%; na integração nacional, de R\$1.109.000.000,00, e foram investidos R\$126.000,00, isto é, 0,01%; no turismo, a previsão era de R\$262.000.000,00, mas, até agora, foi investido zero; no Ministério das Cidades, de R\$1.098.000.000,00 mas foram investidos R\$9.500,00, ou seja, 0,00009%. Esse é o trabalho do Governo do povo.

Ademais, lendo o que escreveu um colunista nacional, descobri por que as ilusões do Presidente Lula e de sua trupe chegam tão longe. Lendo a

coluna de Cláudio Humberto, vi o seguinte: "Silêncio estranho. O novo Delegado de Cavalcante, em Goiás, Victor Manuel Marin, estranha o silêncio das testemunhas que deram queixa do amigo e ex-sócio do Ministro Luís Gushiken, da SECOM, há três meses. O caso, revelado aqui, foi abafado.

Polícia à espera. Lotado na SECOM de Gushiken, Emerson Menin foi acusado de ameaçar um jovem turista com uma arma em sua Fazenda Mundo Novo. O antigo Delegado relatou pressão contra elas. O novo pede que o procurem".

O sócio do Sr. Gushiken não aceita que ninguém entre em sua fazenda, onde se pratica a seita Mundo Novo. (- Lê:)

"Mundo novo e violento. Pertence à Associação Fraternal Mundo Novo a fazenda onde Emerson Menin, amigo, sócio e assessor do Ministro Luís Gushiken, ameaçou com arma de fogo um rapaz que questionou o valor do pedágio para ter acesso a uma cachoeira no local.

O caso, abafado, foi revelado aqui no sábado.

"Longe do patrão, Emerson Menin é servidor da PETROBRÁS, mas dá expediente na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, porque foi afastado da estatal por seu Presidente, José Eduardo Dutra, por alegada incompatibilidade.

Seita no poder. A Fazenda Mundo Novo, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás, foi comprada em 1990, quatro anos depois de fundada a seita do Ministro Luís Gushiken. Os membros se tratam de irmãos e têm postos-chaves no Governo Lula."

Falam que o Lula está bebendo, que virou cachaceiro. Ninguém vira cachaceiro, ou já era ou não está. Estamos descobrindo que, na realidade, a seita Mundo Novo está comandando o país do PT, e, infelizmente, não é álcool nem bebida nem nada, mas alguma coisa estranha que esse povo anda cheirando na fazendinha do Gushiken.

Concedo aparte ao Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Irani Barbosa.

Fala-se em investimentos e em empregos. Hoje vimos uma notícia no "Diário do Comércio", em que um sindicato pede rapidez na liberação de Capão Xavier. No máximo, aquele buraco gerará 400 empregos, mas poderá prejudicar o abastecimento de água de 500 mil habitantes.

Graças a Deus, existe justiça neste País. Na Justiça Federal, o Juiz coloca, quando da concessão da liminar, que a Lei nº 10.793 não foi cumprida. Precisou o Poder Judiciário dizer que não observamos essa lei. Há alguma coisa errada nisso.

Foram três os princípios básicos que alicerçaram a liminar desse Juiz. Primeiro, o art. 225 da Constituição, que assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Segundo, a decisão alicerça-se em alguns decretos estaduais, como os Decretos nºs 21.372, 22.327, 22.096, 22.091, todos do início da década de 80.

A deliberação do COPAM, na Resolução nº 20, coloca o manancial de abastecimento na qualidade que hoje se vê. A própria resolução do COPAM não deu vistas. Tentaram, com o rolo compressor, não dar vistas, o que era regimental. Votaram se o Conselheiro podia ter vistas. Nunca vi isso. Ainda que fosse quase por unanimidade, se a vista fosse pedida, haveria o direito. Houve um atropelamento. Votaram que ele não poderia ter vistas. Mas a justiça foi clara.

O povo de Belo Horizonte precisa saber que há uma propaganda maravilhosa na televisão, que se assemelha àquele filme do menino que fazia virar ouro tudo o que tocava. Parece que a MBR faz a natureza melhor que Deus, porque tudo que toca vira ouro. Aquilo é mentira. Quero passar para este Plenário o filme da verdade, e não é preciso muito. Subindo ao pico de Itabirito, é possível ver o tamanho do buraco. Não é aquela beleza que está na televisão, mas o terror do buraco negro, que tem hoje 400m de cava, pela mina, na MBR. Esta é a realidade.

Estamos aqui hoje, talvez, como um Dom Quixote. Gosto sempre de dizer que homens se pautam pela coragem. Havia um filósofo alemão chamado Henri Frédéric Amiel, que contestava Freud quando este dizia que, no centro da vida psicológica do homem, estava o sexo. Henri dizia que no centro da vida psicológica do homem estava o medo e que algumas instituições e alguns homens ficavam à margem por causa do medo, porque não tinham coragem.

Quero parabenizar esse grande soldado, esse homem que representa realmente o povo de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio, com a sua história, com o seu passado neste parlamento e que, como Presidente desta Casa, teve coragem, junto com este Deputado novato, talvez um sonhador. Quando o COPAM, na reunião, atropelou, meus olhos se encheram de lágrimas. Há momentos em que os olhos cheios de lágrimas é que nos fazem enxergar melhor.

Então pude enxergar que ainda restava o último suspiro, a justiça. E ela foi feita. Ainda que debaixo do tutu houvesse muita lingüiça e ainda que houvesse interesses econômicos, como é dessa grande empresa. Daremos nomes aos bois. Há gente aqui da Casa e de fora. O meu tempo está se esgotando, mas estou inscrito para falar na próxima oportunidade, quando daremos os nomes.

Deputado Antônio Júlio, obrigado pela coragem da ação popular. Deputado Leonardo Quintão, os homens são feitos de coragem. Parabenizo V. Exa. também pela coragem.

O PMDB não largará a bandeira do povo de Minas Gerais, ainda que muita força e muito dinheiro estejam envolvidos nessa questão. Nossas lágrimas vão correr e também o nosso sangue, se for preciso, mas Belo Horizonte não perderá a sua água. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)*- Agradeço o aparte, Deputado Irani Barbosa. Convidamos os Deputados para a grande caminhada da cidadania, neste domingo, às 10 horas, junto à Igreja do Carmo, quando, com a população, iremos a Capão Xavier. É a única forma que encontramos de sensibilizar os homens que não vêem e ainda insistem no estrago que vão fazer a Belo Horizonte.

Deputado Irani Barbosa, vou usar um termo duro, mas temos de lutar contra essa desgraça que estão programando para Belo Horizonte. O mais duro é que não vimos a Câmara Municipal de Belo Horizonte tomar um posicionamento claro sobre a matéria. Não vimos, também, o Prefeito Fernando Pimentel sair em defesa desse grave problema que estamos denunciando.

Como foi dito aqui por alguém do PT, não estamos denunciando para fazer politicagem. Disseram que estávamos atrás de lingüiça em cima do

angu. Estamos, sim, atrás dessa lingüiça. Descobriremos o que já descobrimos. Já descobrimos o que está passando por trás dessas autorizações feitas "na marra" pelo COPAM. Denunciaremos as pessoas envolvidas do COPAM com as suas ligações com a COPASA e com a MBR. Essa situação precisa ser esclarecida.

No próximo domingo, faremos essa grande caminhada da cidadania, que está sendo organizada pela Igreja do Carmo. Estaremos defendendo a vida de, no mínimo, 400 mil habitantes de Belo Horizonte. Esperamos que V. Exa., Deputado Irani Barbosa, grande defensor das causas de Belo Horizonte, esteja conosco nessa grande caminhada. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - Estarei presente, Deputado Antônio Júlio. O que mais me deixa tranqüilo neste momento é que não enxergávamos mais nenhuma luz em relação à justiça em Minas Gerais. Tudo onde a MBR coloca as mãos se cala. De repente, apareceu a Justiça Federal do Estado tomando parte daquilo que era responsabilidade da nossa justiça e do nosso Ministério Público. E assume com uma bandeira gigantesca, para fazer a reconstrução do meio ambiente no Estado.

No dia em que visitamos Capão Xavier, houve uma enganação, porque levaram os Deputados para assistir vídeos preparados. Mostrei aos Deputados que em frente ao escritório da MBR havia erosões e uma má recuperação ambiental, onde se recupera mata nativa com braquiária, como se estivessem plantando pasto. Em lugar de crateras, deixam lagoas. No Corpo de Bombeiros de Minas Gerais não há um equipamento de mergulho capaz de atingir a profundidade de água que ficará, principalmente na primeira cratera deixada pela MBR.

Assistimos, em pânico, à degradação do meio ambiente. O pico do Itabirito parece uma escada plantada com braquiárias, e dizem que é para a recuperação ambiental. É um crime contra Minas Gerais e contra o nosso patrimônio.

Quero deixar esse registro. Parabéns, Deputados Antônio Júlio e Adalclever Lopes, pela confiança e coragem de buscar, na Justiça Federal, aquilo que a Justiça Estadual omite de olhos vendados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Concedo um aparte à Deputada Maria Tereza Lara, mas peço que seja breve.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Quero registrar uma contraposição aos colegas Deputados que me precederam, quando falaram sobre o Governo Federal. Estivemos na posse do Arcebispo Walmor Oliveira de Azevedo, no Mineirinho, nesta semana. Permanecemos durante toda a celebração, que durou 3 horas, não ouvindo nenhuma crítica feita pelo novo Arcebispo ao Governo Federal. No dia seguinte, num jornal de grande circulação, uma manchete dizia que o Arcebispo criticou o Governo Federal. Está havendo uma orquestração contra o Governo.

Na sexta-feira passada, dia 26, uma ponte foi inaugurada em Itinga, e aquela região pôde testemunhar o trabalho que o Governo Federal está fazendo. Muito obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, ocupo esta tribuna nesta tarde para posicionar-me sobre relevante questão para a segurança pública estadual: a negociação é algo que não se fecha.

Venho lembrar-lhes que a questão da melhoria das condições remuneratórias dos militares estaduais e dos policiais civis tem sido posta em um cenário político recente, ao longo de várias rodadas de discussão e amadurecimento das possibilidades.

Em junho de 2000, em uma importante reunião com o ex-Secretário Henrique Hargreaves e com o Presidente da CEMIG, Djalma Moraes, sentaram-se à mesa para tratar do reajuste salarial dos militares mineiros o Cel. PM Mauro Lúcio Gontijo, à época Comandante-Geral da PMMG; o Cel. BM José Maria Gomes à época Comandante-Geral do CBMMG; os representantes de todas as entidades de classe dos militares estaduais, os Deputados Estaduais Sargento Rodrigues e Cabo Moraes; e o Deputado Federal Cabo Júlio. Naquela ocasião, após dois dias de negociações intensas, foi obtido um reajuste salarial.

Em maio de 2003, deu-se a abertura das negociações com o atual Governo para tratar da recomposição salarial dos policiais civis e militares estaduais. Ali, estávamos diante de algumas ameaças isoladas de paralisação de atividades, e o Governador Aécio Neves mal tinha tido tempo para inteirar-se do quadro administrativo sob seu comando.

Em junho de 2003, mais precisamente em 9/6/2003, o Governador respondeu a ofício dos Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, firmando compromisso com a categoria. Aqui cito expressamente os seguintes itens da agenda do Governador para conosco: "Governo do Estado reconhece, de modo absoluto, a relevância das forças de segurança do Estado, bem como a respectiva qualidade excepcional de seus integrantes; reconhece, ainda, a necessidade de se estabelecer uma política de reajustes salariais, tendo em vista a defasagem remuneratória dessas categorias e a natureza especial de suas funções; com o propósito de demonstrar a total boa-vontade do Governo e o intuito de se encontrar, no mais curto espaço de tempo possível, uma solução para essa questão crucial, determinei ao Secretário de Estado de Governo e aos Comandantes das forças policiais que estabeleçam canais permanentes de diálogo, com a criação de uma comissão representativa, composta também pelas lideranças das entidades de classe das categorias, com reuniões periódicas e o acompanhamento permanente de suas conclusões pelo Governador do Estado, conforme solicitação dos Comandantes das forças de segurança, das entidades e clubes representativos das categorias e dos ilustres parlamentares vinculados ao assunto de modo mais próximo.

Reforço o meu compromisso de dar prioridade à questão do reajuste dessas categorias, a qual se tornará exeqüível com a política remuneratória que criei, até o fim do primeiro semestre do próximo ano".

Depois de tal resposta, estando firmado por escrito o compromisso do Governo Estadual com o reajuste dos policiais civis e dos militares, o Deputado Estadual Sargento Rodrigues e o Deputado Federal Cabo Júlio encaminharam, por sua vez, uma correspondência franca a todos os militares mineiros, solicitando uma reflexão sobre a possibilidade de haver radicalizações naquele momento.

Por outro lado, em agosto de 2003, havia sido feito acordo para o envio do projeto de lei orgânica da Polícia Civil e do projeto de lei complementar que traria o novo estatuto dos militares, os quais, não obstante o esforço do Governador, ainda não chegaram a esta Assembléia.

Desde então, estamos esperando - com certa ansiedade em relação à expectativa das tropas, mas com confiança serena em relação ao Governador - que a sensibilidade demonstrada em 9/6/2003 se refletisse em medidas direcionadas ao cumprimento do que fora objeto de acordo.

Pois bem, em 22 de março do corrente ano, este Deputado Estadual e o Deputado Federal Cabo Júlio foram negociar com o Governador o

anúncio de um índice de reajuste que viria ainda no primeiro semestre de 2004. Nada conseguimos e, por isso, afastamo-nos temporariamente das negociações diretas, já que foi necessário manifestar nossa discordância em relação aos termos em que o Governador Aécio tinha posto a questão do reajuste das classes policiais e militares.

Agora, estamos lidando com a hipótese, cheia de esperança, de que haverá melhor resultado na reunião agendada para o dia 12/4/2004 com as entidades de classe, a qual foi marcada pelo Secretário Danilo de Castro e pelo Comando-Geral, para tratar da mesma matéria da qual estávamos tratando.

Neste momento, torcemos honestamente para que as associações de classe consigam sensibilizar o Governo em prol do estabelecimento de medidas que concretizem os compromissos firmados e para que as medidas de reajuste salarial que vierem a ser anunciadas busquem atender, primordialmente, às expectativas dos militares e policiais que, na ponta da linha, aguardam melhores rumos para o exercício cotidiano de suas funções tão perigosas e essenciais à sociedade.

Na qualidade de observador ou de interlocutor direto com o Governador em prol da questão do reajuste salarial para a área da segurança pública estadual, reitero que o objeto nuclear de meu mandato como Deputado é o compromisso com todos os policiais e militares - do Soldado ao Coronel, do Detetive ao Delegado. Em nome deles, sigo firme na expectativa de que vença o melhor, depois da reunião do dia 12, e ponho-me, como sempre, aberto ao diálogo franco com o Governador e as tropas. Contudo, não me esqueço de reafirmar o que havia dito na carta enviada aos militares no dia 9 de junho do ano passado - dia em que o Aécio se comprometeu formalmente com todos nós, da segurança pública. Naquela carta, pedia reflexão e serenidade, mas alertava fortemente que "nós entendemos que quando não houver mais espaço para negociação, seremos os primeiros a partir para a mobilização".

Acredito, pois, que haja espaço para negociar, mas não me esqueço de que, às vezes, é preciso mobilizar esforços para qualificar negociações que vão se tornando difíceis de parte a parte. Por ora, há esperança; mas devemos estar preparados para nos mobilizar em prol da concretização do que esperamos, sem que isso afaste o sempre necessário diálogo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, colegas Deputados e Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, em especial os do vale do Jequitinhonha, solicito a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para um assunto que considero da mais alta importância e passível de uma justificação - caso exista - ou de, no mínimo, informações mais detalhadas, pois considero importante um posicionamento da Assembléia Legislativa se, de fato, as informações que transmitirei neste momento forem verdadeiras - acredito que sejam -, já que o caso diz respeito diretamente às famílias mais pobres do vale do Jequitinhonha.

No Estado de Minas Gerais, um programa foi criado no ano de 2000 pelo então Governador Itamar Franco. Refiro-me ao Programa Bolsa Familiar para a Educação, que atinge, ou atingia, no início deste ano, aproximadamente 21 mil famílias. Esse Programa, que se iniciou no Governo Itamar e, depois, foi objeto da Lei nº 14.314, de 2002, aprovada nesta Casa, repassava R\$70,00 para cada família, de acordo com determinados critérios: famílias com renda abaixo de meio salário mínimo, com crianças de 7 a 14 anos regularmente matriculadas na rede pública, com crianças portadoras de necessidades especiais ou com crianças desnutridas ou famílias que moram em regiões de risco social.

No orçamento para 2004 e no PPAG que aprovamos nesta Assembléia havia a previsão de gastos de R\$21.000.000,00 com esse Programa.

Na última sexta-feira, Sr. Presidente, tivemos a inauguração da ponte sobre o rio Jequitinhonha, em Itinga. Após a solenidade, ainda no mesmo dia, Deputado Laudelino, fui a Araçuaí, visitei o mercado local e conversei com os nossos amigos e amigas da cidade. Lá, fui abordado por uma senhora, que nos relatou suas dificuldades pessoais e financeiras. Ao saber que eu era Deputado, fez a seguinte indagação: "Deputado, estão cortando o Bolsa-Escola do Governo Estadual". Ficamos assustados, porque é difícil imaginar, nesta altura do campeonato, cortes na área social, principalmente em programa exitoso como esse voltado para famílias do vale do Jequitinhonha. Ouvi atentamente aquela exposição e levei o assunto a sério. No dia seguinte, fiz contato com alguns Prefeitos da região. Para minha surpresa, Deputados Laudelino, Ermano e Miguel Martini, recebi cópia da carta enviada pelos responsáveis do Programa Bolsa Familiar para Educação, com o seguinte teor: (- Lê:)

"Belo Horizonte, 18 de março de 2004. Sra. Coordenadora, encaminhamos mensagem oficial do Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Educação, Prof. João Antônio Filocre, comunicando o encerramento do Programa Bolsa Familiar para Educação nesse município a partir de abril próximo. Pedimos-lhe aproveitar a oportunidade do pagamento de março para informar os bolsistas. Favor usar todos os meios de comunicação locais para divulgar o fato na comunidade."

Gostaria aqui de denunciar o fato, não de comunicá-lo, porque isso cabe ao Governo Estadual. As cidades que perderão o programa caso esta Assembléia não reaja - e tenho a certeza de que todas as Deputadas e todos os Deputados irão reagir - são: Almenara, Aricanduva, Carbonita, Felisburgo, Itinga... Veja, Deputado Laudelino, o Lula vai lá e inaugura uma belíssima ponte. No outro dia, o pessoal fica sabendo que o Programa Bolsa Família do Estado foi cortado. "Jequitinhonha, José Gonçalves de Minas, Palmópolis, Salto da Divisa, Turmalina, Angelândia, Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jacinto, Joáima - cidade em que tenho a honra de ser majoritário -, Leme do Prado, Rio do Prado, Santa Maria do Sal, Veredinha, Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, Jordânia, Minas Novas, Rubim, Santo Antônio do Jacinto e Virgem da Lapa. São, portanto, 30 municípios e 12.600 famílias. O corte não pára por aí. Haverá outro que atingirá 4.700 famílias em julho próximo. Ficarão somente 4 mil famílias.

Os Deputados conhecem esses municípios, sabem das suas dificuldades, sabem dos seus indicadores sociais. Pensei que poderiam ser famílias que já estavam sendo atendidas pelo Bolsa-Família do Governo Lula, então o Governo Estadual cancelou. Não justificaria porque em Belo Horizonte as famílias atendidas pelo Bolsa-Escola da Prefeitura continuam sendo atendidas, recebendo R\$150,00. Já houve o cruzamento de cadastros, e essas famílias não terão nenhuma outra renda. Queria acreditar que houve algum erro administrativo, ou talvez uma decisão desconhecida pelo Governador. Acredito sinceramente nisso pelo discurso, pelo empenho e pelo interesse demonstrado pelo Governador no que tange ao vale do Jequitinhonha na última sexta-feira, na cidade de Itinga.

Custa-me acreditar, mas tenho um documento que chegou às nossas mãos, mães reclamam, Prefeitos ligam solicitando uma posição da Assembléia. Já apresentei requerimento solicitando informações oficiais ao Governo do Estado e uma audiência pública para sabermos quais foram os critérios. Por que, para que e para quem cortou? Imaginei que o corte foi feito porque a lei reza que a família será beneficiada durante três anos. Mas a mesma lei reza que, se as condições de pobreza persistirem, pode ser prorrogado. E o corte não foi por família, mas por município. Esse também não foi o critério técnico do programa. Seria até discutível se a família poderia ser tirada de uma hora para a outra.

O orçamento vai cair de R\$21.000.000,00 em 2004 para R\$7.000.000,00. Não acredito que neste momento de dramaticidade da situação social brasileira alguém vá impingir um corte de R\$14.000.000,00. A música aqui é a seguinte: "são tantas isenções!" São tantas isenções, que conseguiríamos R\$14.000.000,00 de outra fonte. Cortar R\$14.000.000,00, aliás, tem um grande trabalho em vários desses municípios aqui mencionados.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Quero, em primeiro lugar, dizer que tive a grata

satisfação de apresentar o projeto de lei que trata da bolsa-família, da bolsa-escola aqui no Estado. Mas a gratificação e o prazer maior foi ver esse projeto apoiado e aprovado por todos os parlamentares. Esse projeto de lei, essa lei que está em vigor no Estado é fruto do trabalho, da contribuição e do voto de todos os parlamentares desta Casa, durante o Governo Itamar Franco, por quem foi sancionada. Quando elaboramos a lei, estávamos prevendo e propondo mais, entendendo que o Estado tem que cuidar dessas famílias mais carentes, no sentido mais positivo, mais propositivo. Ao mesmo tempo em que deveria amenizar o sofrimento, a fome, diminuir as necessidades dessa gente, teria que dar um estímulo para que as crianças ficassem na escola. Também recebi com surpresa e estarecimento essa notícia. Estava ontem no vale do Jequitinhonha, em Carbonita, participando do lançamento do Luz para Todos, quando recebemos essa carta, assinada por alguém da Secretaria da Educação.

Esse ato é cruel e reveste-se de covardia absolutamente inaceitável e repugnante. Além do processo do corte dos recursos das bolsas dos mais necessitados, há essa conversa absurda e desleal, por parte de um Governador que sempre manifestou simpatia e respeito pelo Presidente da República, de que o corte dos recursos do Bolsa Familiar foi feito pelo Governo Federal. Não cabe somente a nós repudiar, refutar e rejeitar as idéias do Governo de Minas.

“O Governador Aécio Neves precisa dar explicações ao povo do Jequitinhonha, onde há o maior número de pessoas a serem beneficiadas. O ato, em vez de ser consolidado, deveria ser revertido. Ainda acredito na seriedade do Governador, a quem devemos solicitar audiência com a participação da Secretária da Educação não apenas para que dê explicações. Os recursos não podem ser suspensos, já que têm função nobre, extremamente importante: preservar a dignidade humana. Alio-me a V. Exa. e a todos os Deputados que construíram essa lei. Reivindicaremos ao Governador medidas imediatas para que a decisão seja revertida. Neste momento, o caminho da história é o de atender às pessoas mais pobres, o da inclusão, e não o da exclusão social.

Solicitar-lhe-emos que caminhe como irmão, como parceiro e alguém que quer, com o Governo Federal, a transformação deste País. Devem-se multiplicar os recursos para atender aos mais necessitados. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Agradeço-lhe a sugestão que acolho. De fato, custa-me acreditar nisso. O Governo toma dezenas de decisões todos os dias, algumas fugindo do controle, como as medidas setoriais para se adaptarem a ajustes e a contingenciamento.

Reitero o que disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Tendo em vista que a Bolsa Familiar para Educação, resultante do Projeto de Lei nº 14.314/2002, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, foi aprovada por todos os Deputados desta Casa, uma medida como essa é um desrespeito ao Poder Legislativo.

Fico comovido com a situação das famílias. A primeira reclamação foi a de uma mãe que me procurou em Araçuai. Disse-me que cortaram os recursos do Bolsa Familiar, mas não acreditei, dizendo-lhe tratar-se de erro de processamento. No outro dia, tendo em mãos a cópia da correspondência, contatei os Prefeitos, que nos relataram a situação. Foram atingidos 30 municípios, 12.600 famílias. Tenho a carta em minhas mãos. (- Lê:) "Pedimos-lhes aproveitar a oportunidade do pagamento de março para informar às bolsistas...". Isso é muito frio e insensível.

Imaginem aquela mãe pobre, trabalhadora, do vale do Jequitinhonha, que vai receber os R\$70,00, sua única renda, receber a informação de que no mês seguinte não haverá mais a bolsa. Sinceramente, acredito que as Deputadas e os Deputados desta Assembléia, a Mesa, os partidos são sensíveis à mudança dessa situação. Creio também que teremos acolhida do Governador. Será que esses R\$14.000.000,00 resolverão a situação do Estado? Qual é a nossa noção de Estado? Para que ele serve, senão para acolher aquelas pessoas, cidadãs e cidadãos, que precisam do dedo do Estado para ficarem vivas? Não estamos falando nem em direitos básicos de cidadania, como cultura, esporte, lazer e educação. Muitas vezes, os R\$70,00 são para matar a fome.

Faço questão de ler, a fim que as pessoas saibam da extensão e da dramaticidade desse corte, o que aqui está escrito: "Setores prioritários para seleção e obtenção da bolsa familiar". É evidente que, quando se fala em 21 mil, num universo de milhares de famílias pobres em Minas, já se tem um critério de seleção, Deputado Laudelino. Mas a lei fala o seguinte: "Crianças e adolescentes que estão com medidas de proteção especial, adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas, famílias com dependentes idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais, com crianças desnutridas, residentes em logradouros identificados como mais carentes, do ponto de vista educacional, social e de infra-estrutura física". Portanto, essa medida atinge o mais pobre dos pobres, as situações mais dramáticas. São R\$70,00.

Sinceramente, não se trata - nem é esse o nosso objetivo numa situação dessa, o que nem cabe - de fazer palanque político, porque são 12.600 famílias nessa situação. É bom que Minas Gerais saiba disso, assim como é bom também que nossas feridas sejam expostas. Muitas vezes, somente as coisas do Governo Lula parecem atingir a população de Minas Gerais. Tem-se a impressão de que o restante é um mar de rosas. Seria, então, bom que Minas soubesse que se está desmobilizando um programa aprovado pela Assembléia, que atende, hoje, 20 mil famílias, número que, pelo cronograma, será reduzido a 4 mil.

A primeira parte da nossa intervenção era essa, a apresentação do requerimento solicitando informações. O Deputado Adelmo deu-nos uma grande contribuição, dizendo que, além do requerimento e da audiência pública solicitada, devemos ir diretamente ao Governador, porque tenho certeza de que não se trata de uma orientação dele; aliás, não é. Nenhum governante daria uma orientação para economizar R\$14.000.000,00, atingindo 12.600 famílias.

Repetirei o nome das cidades, para ficarem bem destacados: Almenara, Aricanduva, Carbonita, Felisburgo, Itinga, Jequitinhonha, José Gonçalves de Minas, Palmópolis, Salto da Divisa, Turmalina, Angelândia, Berilo, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Jacinto, Joaíma, Leme do Prado, Rio do Prado, Santa Maria do Salto, Veredinha, Araçuai, Capelinha, Coronel Murta, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, Jordânia, Minas Novas, Rubim, Santo Antônio do Jacinto e Virgem da Lapa. Quem conhece essas cidades, que têm um povo bom, trabalhador, gente honesta e séria, sabe que, pela desigualdade estrutural da economia mineira, que se trata de regiões que ficaram mais esquecidas, sem o devido aporte de investimento.

Digo que o Governo Lula deu o exemplo de como se trata o vale do Jequitinhonha. Muitos o criticaram, questionando o porquê de se fazer uma ponte em Itinga, em que não há nenhuma grande fábrica multinacional, nenhum megainvestimento previsto. Ele foi muito claro no palanque.

Disse que chegou a hora de estabelecermos prioridades sociais, garantir o ir e vir das pessoas que, durante anos, ficaram sem uma ponte naquela cidade. Portanto, compensa a intervenção do Estado.

A intervenção do Estado não pode ser orientada simplesmente pelas mãos do mercado, do lucro e da economia, mas pelas mãos da cidadania. Foi isso que levou o Presidente Lula a prometer - e a cumprir sua promessa - aquela importante obra em Itinga, por meio de inestimáveis parcerias com empresas privadas.

Concedo aparte ao Deputado Miguel Martini, esperando que, sensível como é às questões sociais, possa dizer-nos que isso não corresponde à verdade, que estamos enganados, que os Prefeitos compreenderam mal a comunicação e que as 21 mil famílias continuarão sendo atendidas em Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado André Quintão, agradeço o aparte e a oportunidade de expressar-me livremente, dizendo o que penso, sinto e o que é a verdade.

A sua fala é bastante empolgada. Imaginei que, se estivesse assistindo ao seu discurso pela TV Assembléia, um grande sentimento de revolta seria gerado em meu coração: V. Exa. afirmou que os pobres entre os mais pobres estão sendo injustiçados. Enfim, o seu discurso é muito convincente. Aqui, assentado, pensei que o meu Governador Aécio Neves não seria capaz de praticar um ato como esse. Justamente por conhecê-lo, V. Exa. afirmou que deve haver alguma coisa mal explicada nessa história. Como Líder da Maioria, fui buscar as informações e posso tranquilizar não apenas V. Exa., mas também os telespectadores do vale do Jequitinhonha. Posso acalmar essas 12.600 famílias, que, segundo V. Exa., deixarão de receber o benefício. Tenho até notícias melhores.

A legislação aprovada nesta Casa estabelece dois anos, podendo ser prorrogados por mais um, ou seja, três anos. Em razão de mudanças de Governos, a Secretaria de Educação constatou que muitas famílias estavam recebendo há mais de quatro anos, ou seja, a lei não estava sendo cumprida. Levando-se em consideração a justiça social, a compreensão e a sensibilidade, é justo que se pague. Mas é preciso que seja encontrada uma opção jurídica para a questão. As 12 mil famílias não foram impedidas de receber o benefício. Nos municípios citados por V. Exa., conforme ordem da Secretaria de Educação, as famílias que já ultrapassaram o limite máximo previsto em lei serão momentaneamente afastadas, deixando de receber. Essa é a intenção da Secretaria, e não o que consta no documento, Deputado André Quintão. Estou referindo-me à posição da Secretaria.

Aí, vem a boa notícia, que deverá acalmar V. Exa., o Deputado Adelmo Carneiro Leão, a população do vale do Jequitinhonha, que nos assiste, e os mineiros como um todo: já está avançado o entendimento entre os Governos Federal e Estadual para unirem as duas modalidades de bolsas e, por meio de parceria, otimizarem os recursos que já existem para atender às mesmas famílias carentes.

Em vez das duas modalidades de bolsa de assistência, haveria uma integração entre elas, e o Estado e o Governo Federal continuariam entrando com os seus próprios recursos. Assim, ocorre uma grande inovação. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, cuidaria do processo de atendimento escolar, ou seja, do acompanhamento e da fiscalização desse processo para buscar uma otimização de recursos.

Ele me disse que já está bem avançado. O Governo Federal já esteve aqui. A questão é bem clara. Primeiramente, a orientação não é a suspensão para todos, mas para as famílias que não se enquadram na legislação estadual. O processo encontra-se acelerado para unificar essas duas bolsas, visando a maior eficiência na aplicação do recurso público e melhor atenção à população. Por quê? Porque um dos objetivos é não só o existencial, mas também o de cuidar para que a criança esteja na escola e obtenha um crescimento no processo educacional, ou seja, no sistema de ensino.

Ele não me explicou tudo sobre essa parceria e otimização, porque seria impossível. Sem dúvida alguma, buscarei todos os detalhes, para trazer as informações. Não há uma atitude maldosa, como sugeriu a primeira fala, de dizer que a insensibilidade do Governo... Não há insensibilidade, mas uma legislação que precisa ser cumprida. Mesmo para as famílias que deixaram de receber em consequência dessa legislação do Estado, já se busca, nessa parceria entre Governos Federal e Estadual, outro modo, para que recebam.

O Governador Aécio Neves, independentemente das opções ideológicas, pensa no que é melhor para o Estado. É claro que o processo burocrático, as divergências e a forma de comunicação dessas informações não são muito fáceis nem ágeis; porém, devemos mostrar que a verdade é essa. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Primeiramente, registro que não houve afirmação maldosa. Pelo contrário, reafirmo não acreditar que o Governador saiba dessa decisão. Na semana passada, subi a esta tribuna para elogiá-lo pelo Programa Pró-Acesso, que possui critérios claros e verba para a realização de obras e mostra a visão de desenvolvimento do Estado. Como disse, não há motivo algum para não elogiar o Governador por esse programa.

Lembro que fazer oposição é legítimo, pois faz parte da democracia; porém, hoje cumpro aqui não apenas o papel de Deputado da Oposição, mas também de mineiro que milita na área social, como assistente social, integrante da Coordenação da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente. V. Exa. não nos tranquilizou. A questão é muito nítida. Temos um documento, que até pode não ser verídico, mas é bem claro, e diz: "Estamos encaminhando mensagem oficial do Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Educação, comunicando o encerramento do Programa Bolsa Familiar para Educação nesse município, a partir de abril próximo. Favor usar todos os meios para divulgar o fato e avisar à bolsista quando for receber o seu último Bolsa Familiar".

Deputado Miguel Martini, desejo polemizar. V. Exa. é um excelente parlamentar. A lei aprovada diz que os benefícios serão concedidos a cada família pelo período de dois anos, prorrogável por mais um ano, ou enquanto as condições da família permanecerem desfavoráveis, mediante o acompanhamento e a avaliação da equipe técnica.

Se aquela família que me procurou em Araçuaí estiver em uma situação melhor, aplaudirei o desligamento, desde que o Governo do Estado providencie o cadastramento de outra, em vez de cortar recursos de R\$21.000.000,00 para R\$7.000.000,00. Compreendo V. Exa. Fui autor do requerimento que realizou, no ano passado, a audiência com a Secretária Executiva do Programa Bolsa-Família, Ana Fonseca, juntamente com representantes do Estado. Há no Estado a idéia de diminuir os recursos das famílias e destiná-los a políticas de acompanhamento e assistência social.

É muito nítido o desejo do Governo Federal de aprofundar as parcerias sem retirada de recurso. Ainda que o Estado estivesse correto em cancelar a transferência da renda e aportar esse recurso em promoção de cidadania - e não há nenhuma indicação, porque a carta não comunica aos Prefeitos que nessas cidades haverá ações de acompanhamento das famílias -, mas ainda que pudéssemos concordar com a lógica de que a renda fosse transferida pelo Governo Federal e o acompanhamento das famílias, feito pelo Governo Estadual, eu, particularmente, profissionalmente, politicamente, discordo.

Ainda que fosse para concordar, no mínimo essas famílias deveriam ser incorporadas em outro programa de transferência de renda para que somente depois fosse cancelado seu benefício; porém, se isso já estiver acertado, não terei vergonha de vir aqui amanhã e dizer: não, essas famílias, a partir de abril, farão parte do Programa Bolsa-Família do Governo Lula. Já discutirei com V. Exa., Deputado Adelmo Carneiro Leão, que o Estado poderia fazer como a Prefeitura de Belo Horizonte, que manteve o Bolsa-Escola para 10 mil famílias do Bolsa-Escola municipal, assumiu metade com recurso próprio e metade do Bolsa-Família. As 10 mil famílias não sofreram a redução de R\$150,00 para R\$73,00, que é a média do Bolsa-Família Federal, continuam a receber R\$150,00, porque a Prefeitura segue fazendo sua parte.

Para mim, havia sido engano, algum assessor desavisado que enviou a carta por engano, mas parece que não é engano, e sim uma estratégia do Estado. De fato, concordo com V. Exa., que cabe maiores explicações, e uma posição do Governador do Estado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - O aparte foi pedido, mas já fui atendido em parte, considerando a leitura dos dois documentos. Uma, do documento que o Governo encaminhou àquela região, às pessoas responsáveis pela implementação do Bolsa-Família, e

outra, da própria lei. Quero chamar atenção do meu colega Miguel Martini, muito fraternalmente, pois sei de sua sensibilidade e do seu trabalho, da sua preocupação com o bem comum. A lei não foi feita para causar prejuízo às pessoas, mas para garantir-lhes condições mínimas de dignidade, necessárias, aliás, para que melhorem sua qualidade de vida e um dia saiam da situação de dependência financeira. A lei não determina que, vencidos dois anos, seja cortado o benefício. Pode ser prorrogado por mais um ano e ainda garantir, durante todo o tempo necessário, acesso às escolas às famílias que, mesmo tendo prorrogado por mais um ano, não conseguem sair da situação de dependência.

A lei não pode ter efeito retroativo para prejudicar o interesse dos mais pobres. Foi sancionada em 2002, mas não foi implementada no dia em que foi sancionada, demorou um tempo. Seguramente, a imensa maioria daquelas famílias, acobertadas, protegidas pela lei, ainda estão no tempo do benefício previsto no primeiro ato. Não há sentido em cortar; uma determinação dessa natureza não tem sentido. Discutir com o Governo Federal, ampliar o Bolsa-Família, constitui uma ação positiva. Fazer parcerias é necessário. Fizemo-las em outros campos. Isso é extremamente importante, mas não pode ser feito dessa forma.

Dirijo-me ao Deputado Miguel Martini para dizer-lhe que é preciso esclarecer com quem do Governo Federal está-se discutindo. Qual foi a discussão feita com o Governo Federal para se chegar a essa conclusão? Afirmando categoricamente, com absoluta convicção, que nenhuma conversa com o Governo Federal, conduzida pelo Presidente Lula, tem permitido e facilitado ato que prejudique as famílias mais pobres. Então, não se justifica, não houve, não há e não haverá conversa com o Governo Federal que tenha em vista a redução dos benefícios, colocando as famílias em uma situação de constrangimento e necessidade. É bom que essa conversa seja explicitada. O Deputado André Quintão possui uma relação fraterna, muito próxima, com o Ministro do Desenvolvimento - aliás, todos nós, do PT, temos. Tenho convicção de que, se para isso uma parceria estivesse em discussão neste momento, seríamos chamados para acompanhar, contribuir.

Se quisermos construir uma nação justa, fraterna, democrática, esse tipo de comunicação não serve, Deputado Miguel Martini, pois só leva ao desalento, à desesperança, ao sofrimento dos mais pobres e à intranquilidade da região mais necessitada do Estado. V. Exa. está dizendo que recebeu uma explicação. Uma informação dessa natureza e gravidade não poderia ter ido em frente por meio desse documento, mas a partir dos dados que V. Exa. obteve aqui hoje. Há explicações mostrando que, com esse ato, com essa determinação, ninguém será prejudicado. O que se busca é uma parceria, um convênio, uma contribuição, uma colaboração solidária entre os diferentes Governos. Diante de informações como essa, estaríamos tranquilos.

O que foi permitido a partir dessa informação? Por maldade de alguns, má-fé de outros, diz-se que o Lula está cortando o Bolsa-Família. Não é ele quem está distribuindo, Deputado Paulo Piau; quem o faz - e trata-se de um mérito, por isso temos de aplaudi-lo - é o Governo do Estado de Minas Gerais, que está dando importante contribuição a uma das regiões mais necessitadas e sofridas do Estado, para atender às famílias mais pobres. Isso sempre foi dito. As famílias sabem que quem está dando essa contribuição é o Governo do Estado. No entanto, na hora de cortar, falam que o Lula, o Governo Federal, é que está cortando. Trata-se de maldade extrema, de ato antidemocrático, antipolítico. É isso que temos de condenar. Essa forma de comunicação infelizmente permitiu atos de leviandade. Não podemos permitir isso.

Deputado Miguel Martini, nós, do PT, estamos à disposição. Não sou Líder da bancada, mas falo com total liberdade. Se os Deputados Rogério Correia e Chico Simões estivessem aqui, V. Exa. receberia esse mesmo informe e essa mesma disposição. Precisamos sentar-nos à mesa para construir as políticas do Estado. Vamos discutir de maneira transparente. Entre nós existem divergências, diferenças. Existem também métodos diferenciados de governar. Vamos expor isso para que a sociedade mineira compreenda nossos atos. O que estamos fazendo? Para quem estamos fazendo? A quem queremos servir? Se assim o fizermos, nossas diferenças serão medidas não por nós mesmos, ao ficarmos falando um do outro, mas, à luz do dia e com total transparência, à luz da verdade, pelo povo. Dessa forma, poderemos ser julgados. Seremos ou não acolhidos em virtude dos nossos atos, das práticas e das propostas que fazemos para o povo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Agradeço seu espírito democrático. Há realmente dificuldade de comunicação. É lógico que esse é o nosso sentimento, é o de V. Exa., assim como o é de todos os Deputados desta Casa. Provavelmente meu voto tenha sido "sim", apesar de eu ser oposição ao Governo anterior, porque não voto contra o povo. Voto contra este Governo, contra aquela administração, mas não contra o povo, o que é extremamente positivo.

Fora da nossa atividade nesta Casa, temos um trabalho muito intenso na área social, e V. Exa., como assistente social, sabe disso. A grande dificuldade em se fazer uma assistência social se dá pela necessidade de haver controle das ações de assistência. O organismo ou o poder responsável por essa assistência precisam ter claros os benefícios que gerará, e não deixar que ocorram certos fatos, como algumas vezes vemos em nosso País.

Utilizo-me de um caso - que não é o dessas famílias - apenas para ilustrar o que quero dizer. Meu filho realizou um trabalho, na faculdade, sobre o tema terceiro setor. E, pelos levantamentos feitos, descobriu-se que uma família - parece-me - recebia 15 cestas básicas todo mês. Uma dos vicentinos, outra da Prefeitura, etc.

Se uma pessoa recebe 15 cestas, certamente 14 outras deixam de receber 1. Essa é a grande dificuldade. No terceiro setor, fala-se muito em construir um processo de rede em que todos os agentes possam ter um cadastro, para que não exista estímulo a que algumas pessoas recebam mais, descontroladamente, deixando outras de receber. Em razão da limitação de recursos, há o risco de algumas famílias necessitadas nada receberem.

Não sabia que V. Exa. trataria hoje desse assunto, mas comprometo-me a trazer-lhe todas as informações. No entanto, pelo que me foi dito, a intenção é que um maior número de famílias possa ser atendida, quando o que se verifica é uma superposição de ação social para algumas poucas famílias, ficando outras, em razão disso, sem o benefício.

Está-se procurando, como V. Exa. bem disse e a lei afirma, uma avaliação técnica que defina quem precisa continuar recebendo. Se não houver esse sistema de avaliação, como continuar pagando a algumas famílias enquanto outras deixam de receber?

A ação do Governo do Estado é para otimizar a aplicação dos recursos, racionalizando sua distribuição para permanentemente atender a maior número de famílias e atingir o fim para o qual está sendo criado, ou seja, assistir a família, estimulando o ingresso e a permanência das crianças nas escolas, assim como sua vacinação, para que possam colher os benefícios que estão à sua disposição. Muitas vezes as famílias não têm condições nem dispõem de informações para buscar esse benefício.

Quero dizer a V. Exa. que buscarei as informações e ainda trarei as complementares. Digo, com toda a certeza, e afirmo ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que me precedeu, que, se S. Exa. tem dúvida de que haja esse entendimento - e começamos a duvidar de palavras de pessoas -, então teremos que trazer documentos.

A informação clara é a de que uma técnica do Governo Federal, Ana, se não me engano, esteve sentada com eles fazendo os ajustes finais para essa parceria, visando atender permanentemente mais pessoas que hoje, evitando-se a superposição e possibilitando-se um controle maior do Estado para otimização dessa aplicação dos recursos. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Agradeço o aparte, Deputado Miguel Martini. Em primeiro lugar, estamos aqui cumprindo um papel que a

população nos delegou. Recebemos reclamações de vários Prefeitos, de cidadãos e de cidadãs e, principalmente, de cidadãs beneficiadas com este Programa Bolsa-Família da Educação, do Estado.

Reitero que, se amanhã as informações nos tranquilizarem, será bom para as famílias do Estado de Minas Gerais. No caso, diremos que no mínimo houve uma comunicação completamente inadequada, porque a correspondência é oficial. Solicita seja informado às famílias que está sendo encerrado o programa no município. Se houvesse de fato essa integração e uma substituição pelo programa do Governo Lula, a mesma carta, por questão de humanidade e de bom-senso, deveria ser dirigida àquela mãe de família, para não deixá-la sem saber se teria ou não a sua bolsa-família. Então, poderíamos concordar em que a comunicação não foi adequada.

Ainda que fosse somente isso, teria muitas discordâncias. No ano passado, acompanhei a Secretária Executiva Ana Fonseca aqui e reitero que temos ótimo canal com alguns órgãos do Governo do Estado, que nos ajudam, como Deputado integrante da Frente Parlamentar, a construir o XXXI Projeto Estruturador - Inclusão Social de Famílias Pobres do Estado, com abertura para apresentação de sugestões.

Em nenhum momento se trata de um ataque ou de um ato simplesmente de oposição. Pelo contrário, trata-se de uma discordância de mérito. Acredito que seria correto se houvesse a transferência automática dessas famílias, Deputado Padre João, para o programa do Governo Federal; se esses 30 municípios do vale do Jequitinhonha tivessem conhecimento de qual seria a rede de proteção que o Estado iria implantar com recursos oriundos do cancelamento do pagamento da renda transferida para as 12.600 famílias, partindo-se do princípio de que concordássemos com isso.

Ainda que houvesse esse entendimento com o Governo Federal, seria importante para a população a garantia de que em abril teria a bolsa-família. E, para a Prefeitura, a garantia de que teria uma rede de proteção social custeada pelo Governo do Estado. Se essas duas informações chegarem amanhã, virei aqui da mesma maneira para dizer: famílias do vale do Jequitinhonha, a partir de abril, através de entendimento com o Governo Federal, a bolsa-família federal chegará até vocês.

E aí, Deputado Laudelino, será bom, porque, como o Deputado Adelmo Carneiro Leão disse, infelizmente o nível da política chega a um patamar inaceitável. Muita gente diz que o cancelamento do programa estadual é oriundo do Presidente Lula, e as famílias terão a tranquilidade de saber que serão acolhidas. As famílias terão uma alegria maior se dissermos aos Prefeitos, por exemplo, ao Marcos Lemos, de Carbonita; à Cacá, de Araçuaí; ao Grapiúna, de Joaíma, e a tantos outros que o Governo do Estado utilizará os R\$14.000.000,00 que gastaria com a transferência do Bolsa-Família estadual na implantação, por exemplo, no vale do Jequitinhonha de um centro de referência no combate à exploração e à violência sexual. Aí, até concordaria. O Governo Federal transfere a renda, e o Estado, em parceria com a associação dos municípios do vale, fará um centro de referência de combate à exploração sexual. Aguardo amanhã, com muita ansiedade, essas explicações. Se, de fato, podemos nos tranquilizar, como disse o Deputado Miguel Martini, "ótimo", entre aspas, porque as famílias não foram devidamente informadas, o que seria o mínimo.

Deixo também um apelo, em especial à base de sustentação do Governador. Temos que aprender, na política, inclusive nós, da Oposição, que a autocritica ou a reconsideração de uma decisão faz parte da atividade pública. Muitas vezes algumas decisões são tomadas até de maneira bem-intencionada, buscando o melhor e às vezes sem medir a real consequência daquela decisão na vida das pessoas. Reconheço que muitas vezes o Secretário ou o próprio Governador, dado o nível e o número de decisões, não é suficientemente bem informado para uma melhor tomada de decisão ou, algumas vezes, a decisão não passa pelo arbítrio do Governador.

Vendo presente o Deputado Ermano Batista, quero reiterar que há setores do Governo que funcionam bem, com bons técnicos e boas equipes. Elogio publicamente o processo de planejamento feito pelo Governo Estadual, pois está resgatando a noção de planejamento. O Secretário de Planejamento, Anastasia, e o Secretário Adjunto, Tadeu Barreto, apostam no planejamento das ações do Estado e incorporaram a Assembléia, inclusive com a participação de V. Exa., na apresentação de sugestões. No âmbito da assistência social, o 31º projeto estruturador está sendo discutido. Estamos participando da construção do Projeto nº 31 do Plano Plurianual.

Portanto, venho à tribuna para alertar que, se essa decisão foi precipitada, o Estado pode revê-la sem problema algum. Talvez esteja sendo comedido - porque não sou da base de sustentação do Governo - na sugestão que essa decisão seja suspensa e seja feito um melhor debate, a fim de avaliarmos melhores alternativas, seja junto com o Ministério de Desenvolvimento Social ou com as próprias comissões temáticas afins desta Assembléia. Não haverá nenhum problema se o Governador, amanhã, suspender essa medida, porque, sinceramente, discordando do Deputado Miguel Martini, se não houve avaliação técnica, o responsável é o gestor do programa, o Governo do Estado.

Tudo é cancelado porque há família que não precisa do benefício. Entretanto, o caminho deve ser contrário: que seja mantido o benefício e identificada a família que, eventualmente, esteja recebendo 15 programas.

Conhecemos todos os Deputados e Deputadas. Será que a realidade social mudou tanto nessas 30 cidades, apesar de todo o empenho daquele povo sofredor, mas lutador, digno, honesto e trabalhador? Não, até porque a dívida social brasileira é extensa, e os indicadores sociais não sofreram alteração da noite para o dia. Também não serão R\$70,00 que alterarão essa realidade.

Termino, agradecendo a paciência e a atenção dos Deputados e Deputadas e fazendo coro com o Deputado Adelmo Carneiro Leão, para que o Governador se inteire melhor dessa situação. Honestamente, considero - não se trata de ironia, pois não é do meu feitio fazer esse tipo de jogo de palavras, em especial em um lugar tão importante como esta tribuna - que deve ser avaliado se essa decisão foi a melhor. Acredito que não. Se por acaso o Governo tiver a garantia de que, em abril, teremos o Bolsa-Família federal, essas famílias deverão ser, no mínimo, tranquilizadas, e, no mínimo, os Prefeitos deverão saber com clareza quais serão os projetos do Estado que farão o trabalho de acompanhamento das condições exigidas pelo Bolsa-Família, buscando a emancipação das famílias, de modo que não paire nenhuma dúvida no ar. Espero, amanhã, esses esclarecimentos. Se não vierem, que isso não se transforme em um cavalo de batalha, mas em uma forma de o Poder Legislativo exercer o seu papel, de Oposição e Situação construir uma vida melhor, mais democrática e socialmente justa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Deputados, iniciarei a minha peroração por onde não pensava. Quero tornar minha a preocupação do Deputado André Quintão. Se se examina a iniciativa do Secretário Adjunto da Educação, de forma bruta, sem avaliação do conteúdo, a decisão merece ser revista. É claro que o legislador não tem por missão perpetuar a esmola, tratar do cidadão a vida inteira, mas, por meio do seu trabalho, buscar amenizar o sofrimento. Se, paralelamente, existir ação para resgatar a honra e a dignidade do cidadão, infelizmente o Estado haverá de arcar com essa responsabilidade.

Como o Governador Aécio Neves é sensível, essa questão será definitivamente sanada. Recentemente, o Governo Federal uniu mais de 20 programas em um único, a fim de facilitar o atendimento, a aplicação e evitar a duplicidade de benefícios, enquanto outros não recebem nada. A ação do Governo é racional e tem a finalidade de moralizar a aplicação dos recursos e propiciar condições para que o benefício não seja eterno, pois esse não é o objetivo da lei.

Considerando que Governador Aécio Neves deseja resgatar a dignidade do cidadão, acionará o corpo técnico que lhe é subalterno a fim de dar

uma explicação à altura para o problema.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Ermano Batista e saúdo o Presidente Rêmoló Aloise. A revista "Veja" do último domingo registrou que o curso de Odontologia da UNIMONTES é o melhor do País, obtendo uma média maior do que a nacional, ou seja, 69,8%. O curso que obteve maior nota no "provão" teve 79,6, e é do ITA. A Odontologia da UNIMONTES está acima da média de todos os outros cursos avaliados pelo "provão".

Parabenizo não só o Reitor Paulo César e a Profa. Tânia, Vice-Reitora, mas os dirigentes, os professores, os servidores, os técnicos legislativos e os acadêmicos, pois isso é fruto do esforço comum.

Há um diferencial na UNIMONTES que é o compromisso social aliado à competência do corpo docente e à dedicação dos acadêmicos, servindo de exemplo para o País. Além de ser o curso com a maior média, aluno do curso de Odontologia da UNIMONTES tirou a maior nota do "provão", o que é um ponto positivo para Minas Gerais e para o Governo Aécio Neves.

Ficamos orgulhosos, pois a UNIMONTES é a maior mola propulsora não só do Norte de Minas, mas dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Noroeste, regiões que V. Exa. representa. Parabenizo o Reitor, o Secretário Bilac Pinto, o Governador Aécio Neves e todos aqueles que enaltecem o trabalho dessa Universidade. Obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Nobre Deputado Gil Pereira, a notícia é alvissareira, mas não surpreendente. A dedicação e competência do corpo docente daquela Universidade não autoriza, de forma alguma, outro resultado. Associe-me a V. Exa. nos parabéns à Reitoria, ao corpo docente e à cidade de Montes Claros, pelo brilho que a UNIMONTES vem concedendo a Minas Gerais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na semana passada, mais precisamente na quarta-feira, estivemos em Governador Valadares acompanhando o Governador Aécio Neves, que depois iria a Novo Cruzeiro, mas não pôde ir em razão da falta de teto para seu avião. Lá iria anunciar o cumprimento de um compromisso de campanha, feito inicialmente naquela cidade.

Em 2002, durante a campanha eleitoral, estávamos naquela cidade, onde o Governador buscava o apoio popular para ocupar o Palácio da Liberdade. No palanque ele me disse: "Ermano, diga a este povo que asfaltarei essa estrada". Então comuniquei ao povo de Novo Cruzeiro que o Governador, se eleito - e esperávamos que fosse, como de fato foi -, asfaltaria a estrada. E disse mais em seu discurso, disse que asfaltaria aquela estrada e muitas outras, mas a novidade era que aquela seria a primeira a ser pavimentada em seu Governo.

Nós, que conhecemos o Governador Aécio Neves, e o povo de Novo Cruzeiro, que sempre nele votou, em toda a sua carreira, não tínhamos a menor dúvida quanto a suas palavras, mas, a bem da verdade, andávamos preocupados, preocupadíssimos, porque tínhamos conhecimento da situação precária em que se encontrava o Estado, em termos financeiros, no momento em que começou a governá-lo. Sabíamos, Sr. Presidente, que, muito mais que fazer estradas, o Governador tinha pela frente a ingente e ciclópica tarefa de consertar o Estado de Minas Gerais.

Mas o certo é que, surpreendentemente, em um ano em que o produto interno brasileiro cai, e cai vertiginosamente, depois de dez anos de crescimento continuado; em que a renda "per capita" nacional cai 1,5%, dando a notícia triste de que o brasileiro ficou mais pobre; em que o desemprego chega a quase 12%; em que o Governo Federal promove uma reforma tributária que aniquila o orçamento dos Estados e dos municípios; em que só poderíamos esperar o pior, o Governador Aécio Neves pôde estar em Governador Valadares para falar àquele povo - depois de ter promovido uma modificação e uma melhoria substancial na área da saúde e de ter impulsionado a educação no Estado de Minas Gerais, com mudanças significativas e estruturais, depois de todos esses fatores conspirando contra - sobre o maior programa viário do Estado em toda a sua história. Trata-se do maior programa de asfaltamento de estradas em toda a sua história, com 53 trechos de estrada, ou seja, quase 1.000km.

Sr. Presidente, a grande virtude desse ousado projeto é a seguinte: os recursos já estão garantidos, depois de se ter pagado o 13º salário sem chantagear o Presidente da República, sem sair de pires na mão implorando caridade e sem impor novos sacrifícios à população do Estado. Simplesmente, o Governador aplicou, de forma inteligente e honesta, os recursos disponíveis.

Sr. Presidente, fiz esse preâmbulo para mostrar o lado positivo de um Governo sério, que pretende construir um Estado em termos definitivos, não com procedimentos temporários e sazonais, em razão da proximidade de eleições.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Obrigado, nobre Deputado Ermano Batista, que é referência para todos nós da Assembléia Legislativa. Orgulha-me muito ser seu companheiro de bancada e poder aprender com V. Exa.

Neste momento, tomei a liberdade de apartear-lo para, primeiro, cumprimentá-lo pelo pronunciamento brilhante e pela análise a que procede neste momento histórico por que passam Minas Gerais e todo o Brasil.

Em particular, essa quadra da história nos é favorável pela forma séria, austera e propositiva com que o nosso Governador vem desempenhando o seu papel.

V. Exa. mencionava o trabalho do Governador na semana passada, no Norte, no Jequitinhonha, em Novo Cruzeiro e no vale do Mucuri, resgatando sonhos de décadas e décadas de uma população que já vinha lutando por uma pavimentação asfáltica e por melhorias que lhe garantam uma vida melhor. No dia seguinte, tivemos o privilégio de receber o Governador em Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, inaugurando um novo tempo de governar e uma nova prática de governo, que compreende a adversidade do nosso grande Estado. Esse Governo tem a ousadia de governar com todos e para todos, recebendo o Presidente da República de maneira ativa e propositiva. O nosso Governador apresenta proposições para o Brasil e coloca Minas Gerais a serviço do País. Ao mesmo tempo, conversa com o povo mineiro, ouve as suas aflições e necessidades e já consegue executar obras sonhadas por séculos, para a integração deste Estado e para propiciar o desenvolvimento às várias regiões. Assistimos a tudo isso durante a visita do Governador a Divinópolis e ao Centro-Oeste mineiro. Tivemos a felicidade de ser porta-voz da nossa gente e dos colegas Deputados dessa região. Não me canso de dizer que temos trabalhado de forma harmoniosa, em particular com os Deputados Federais que representam Divinópolis, Dr. Francisco e Jaiminho Martins.

Tivemos a felicidade de ir ao Palácio convidar o Governador para ir a nossa terra, não apenas para ouvir as nossas reivindicações, mas porque tínhamos muito a lhe agradecer. Ele não apenas aceitou o convite, como também transferiu a sede do Governo, por assim dizer, para o Centro-Oeste mineiro. Para lá foram mais de dez Secretários de Estado acompanhando o Governador, assim como todos os Diretores de grandes empresas públicas do Estado - COPASA, CEMIG, EPAMIG, EMATER, BDMG e outras. Para a nossa alegria, não foram somente nos visitar, mas trabalhar. Ouviram as lideranças empresariais e os Prefeitos da região. À tarde, recebemos o Governador, que prestava contas do seu trabalho para todo o Estado, como o seu projeto de melhoria das estradas, fruto da sua luta para conseguir os recursos da CIDE e para recuperar a credibilidade do Estado junto aos organismos internacionais. Assim como no dia anterior anunciava obras no outro extremo, Norte de Minas e Mucuri, ali anunciava a rodovia ligando a 262 a Leandro Ferreira e outra ligando a MG-050 a São Roque de Minas, a Doresópolis; o

compromisso de priorizar a recuperação da MG-050; o compromisso permanente com ações descentralizadas da saúde, implantando não somente o PROHOSP, projeto de macrorregiões da saúde, mas o de microrregiões, chegando até as cidades que atendem a quatro ou cinco municípios nos procedimentos de média complexidade; a liberação de UTIs móveis para os consórcios de saúde, atendendo a apelo desta Casa e dos representantes do povo que ali estavam, Prefeitos e Deputados, como tem feito para todas as regiões do Estado, não sendo essa uma situação de privilégio para o Centro-Oeste; e a liberação de recursos para reformas e ampliações de dezenas de escolas estaduais em Divinópolis e região.

É um Governo que reorganiza a casa com seriedade, contando com o apoio da Assembléia Legislativa no seu primeiro ano de mandato, o que possibilitou o pagamento do décimo-terceiro em dia e o equilíbrio em parte do déficit público, embora essa ainda seja uma preocupação. Mas é um Governo que começa a executar obras importantes, como melhoria rodoviária e investimentos na saúde e na educação.

Portanto, venho parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento e mostrar que, assim como nas regiões do Norte, do Mucuri e do Jequitinhonha as ações do Governo do Estado começam a chegar, também nós, do Centro-Oeste mineiro, temos razões para nos rejubilar pela pronta atitude do Governador em nos visitar e levar a sua equipe, atendendo a nosso convite e levando ações de Governo, obras públicas, decisões nas áreas da educação e da saúde. Reitero, fizemos isso em harmonia com vários Deputados que compõem esta Casa e que atuam no Centro-Oeste mineiro, como o Presidente, nesta reunião, Deputado Rêmoló Aloise, votado em algumas cidades da região, com atuação permanente em todo o Estado de Minas Gerais. Congratulo-me com V. Exa. e registro que vivemos um momento decisivo. Hoje pela manhã, reunimo-nos com representantes do sistema FIEMG, FAEMG e com todos os segmentos organizados da área produtiva para ouvir que estão aplaudindo o Governo Estadual, porque, pela primeira vez na história, são elaboradas propostas de mudança na relação com esse setor, especialmente o da área fiscal, ouvindo-o. V. Exa. está de parabéns por seu raciocínio. Atravessamos uma fase de grandes desafios e dificuldades. De certa forma, o País se encontra paralisado, vários programas não saíram sequer do anúncio, mas Minas vive um novo tempo e aponta caminhos para o Brasil. Obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Agradeço o adendo substancial e judicioso emprestado por V. Exa. à minha fala. Foi a complementação do grito formulado por Aécio no Leste e completado no Centro-Oeste, mostrando a que veio, mostrando sua disposição de fazer.

Fiz esse preâmbulo mostrando uma agenda positiva a respeito de alguém que trabalha e que pretende trabalhar, querendo dizer que não precisamos jogar pedras em ninguém, porque, no confronto de realizações, temos muito que mostrar. Não é necessário fazer oposição ao Governo Federal por fazer, aquela oposição feita pelo PT, quando no Governo Fernando Henrique Cardoso, aquela da busca do "quanto-pior-melhor".

Não podemos abrir mão de alertar não apenas a Nação, mas também o próprio Presidente, o próprio partido do Presidente, ou até mesmo os partidos que lhe dão sustentação.

Quero usar como tema, Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Martini, que me honra com sua presença, a dualidade medo e esperança, muito usada pelo PT durante a campanha eleitoral, estabelecendo entre esses dois sentimentos uma relação de emulação maniqueísta para, ao final das eleições, proclamada a vitória do seu candidato, o Sr. Lula, dizer, alto e bom som, que a esperança havia vencido o medo. Uma farsa, porque a esperança não venceu o medo, nem o medo venceu a esperança; aliás, eles não brigaram entre si, mas foram vítimas e derrotados por um mesmo inimigo, por um mesmo adversário, a incoerência. No lugar do medo, passou a residir a euforia, a alegria. No lugar da esperança, passou a morar a desilusão, a decepção, a frustração. Isso significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados - e agora conto com o brilho também dos Deputados Djalma Diniz, Laudelino Augusto, Weliton Prado e Deputada Jô Moraes, que nos prestigiam neste momento -, que quem tinha medo não tem mais, e que quem tinha esperança a perdeu. Em lugar dela a decepção e a frustração são alimentadas. Quem tinha medo, Sr. Presidente? Pergunto e não espero pela resposta, porque já a conheço. V. Exa. diria que quem tinha medo era o capital. O capital ficou extremamente amedrontado, em polvorosa, quando o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva subiu nas pesquisas no mês de maio de 2002. O capital ficou com medo da presença de Lula no Governo. Ameaçou esvaziar o País. A corrida do capital especulativo foi grande.

Quem tinha medo? O FMI, pois tinha medo da ruptura pregada pelo partido ao longo da sua trajetória. Aliás, mandou pintores baratos escreverem com carvão nos muros: "Fora, FMI". Os países grandes também tinham medo porque o Brasil, saindo da condição de emergente, aproximava-se do Primeiro Mundo.

Quem tinha esperança? O trabalhador e o aposentado. E a esperança desses cidadãos foi vencida pela incoerência, e a incoerência do Sr. Lula e do seu partido venceu o medo. O FMI passou a sorrir e a elogiar o Governo. O capital especulativo, que inibe o desenvolvimento e tolhe o crescimento, voltou acelerado em razão da taxa de juros, inicialmente de 26,5% e não prevista por aqueles amedrontados capitalistas.

O medo não guerreou a esperança nem a esperança emulou-se ao medo. Ambos foram vítimas e derrotados pelo mesmo adversário, pelo mesmo inimigo: a incoerência do Governo petista, que agiu contrariamente ao que pregava. Hoje estampa sorriso no rosto do capital, gerando frustrações aos que esperavam projetos sociais. Essa é a verdadeira questão, a advertência que precisa ser feita. É isso que precisamos discutir e mostrar. O Governo não pode fazer discurso que lhe é peculiar, à semelhança de pregador religioso, buscando adeptos por intermédio de posição tomada na busca de comiserção, colocando-se como o eterno operário. Tal postura deve ser extinta, pois Lula não é mais operário, mas o Presidente da República Federativa do Brasil. Deve parar de chorar, já que o povo brasileiro não o elegeu para carpideira, e sim para enfrentar os problemas que sabia existirem. Existiam, mas em menores proporções. Prometeu 10 milhões de vagas para suprir a necessidade dos trabalhadores desempregados. Para dar fim ao desemprego, devem-se criar muito mais vagas, pois em torno de 12% da massa trabalhadora do País, 15 milhões de pessoas, estão desempregados.

O Sr. Lula não cresceu no conceito de alguns pelo que fez, mas pelo que deixou de fazer. Não caiu no conceito de outros pelo que fez, mas pelo que deixou de fazer. É o reinado e o mando da incoerência. Isso é o que está acontecendo.

Ontem ouvi do Sr. Lula um discurso a respeito da reunião de Governadores, que estão preocupados com os rumos que o País está tomando, principalmente com o desencontro da equipe do Governo, com a briga do Sr. Mantega com o Ministro Roberto Rodrigues, a briga de um contra o outro, a guerrilha interna do Governo. Essa é uma preocupação dos Governadores, assim como deve ser a de todos os brasileiros. No entanto, o Sr. Lula vai ao palanque e diz que não há crise no Governo. O pior cego é o que não quer enxergar.

Outra decepção do povo brasileiro hoje é com respeito ao fato de que o PT sempre disse que a transparência é essencial ao governante, que não deve ter medo da verdade. Digo que o governante tem que estar com a verdade para não ter medo. Quando tem medo é porque não está com a verdade.

Surgiu aquele fato da gravação do Sr. Waldomiro conversando com Carlinhos Cachoeira, angariando recursos para a campanha política de candidatos do PT. Ora, o Sr. Waldomiro não é uma figura isolada nesse processo, não está sozinho, há alguém com ele, alguém o está comandando, é apenas um teleguiado. É preciso abrir a cortina, mostrar o quadro em todas as suas nuances, mostrar a verdade. A Nação brasileira cobra isso.

Outro dia, o Senador Jeferson Perez estava dizendo que quem deve estar extremamente envergonhado com o comportamento que teve é Fernando Collor de Mello. Não pelo comportamento que levou a sua cassação, mas porque poderia tê-la evitado. Se tivesse feito como o Lula

está fazendo, impedindo a instalação daquela CPI, com certeza não teria sido cassado.

Sr. Presidente, a coisa é mais do que evidente, é clara. Ou existem muitas coisas no ar ou então há verdades escondidas. A única forma de clarear essa questão é a indagação por meio da CPI, formada por um colegiado eclético. Aí, sim, haverá a impossibilidade das tendências. Somente uma apuração feita pelo Congresso Nacional pode satisfazer à população brasileira, porque será um colegiado eclético, com juízes de todos os partidos. Aí, sim, as idéias, decantadas, sairão, fluirão, cristalinas, ao final. É preciso que o Presidente da República tome consciência disso. Se é que ele continua se achando uma vestal, não é preciso ter medo. Não tenha medo.

Vejam as senhoras e os senhores que a questão é obscura: o Waldomiro, com cargo secundário, pequeno, de quinto escalão, exercia funções próprias de primeiro escalão. Despachava numa sala contígua, a menos de 20m distante do gabinete ocupado pelo Presidente da República. Ao negociar um contrato com a GTech, recomendou que a empresa contratasse o Sr. Rogério Burat, como consultor, com um salário de R\$20.000,00. Quem foi Burat? Quem é Burat? Nada menos do que assessor do Sr. Palocci, na Prefeitura de São José do Rio Preto, em São Paulo. O Sr. Waldomiro, ao negociar com a GTech, estabeleceu que o contrato somente sairia se o Sr. Burat fosse contratado como consultor, dizendo que seriam procurados por ele para que o negócio fosse fechado.

Existem coisas sujas escondidas. Não quero dizer quem são os construtores dessa sujeira, não estou aqui para condenar ninguém, mas para fazer um apelo, a fim de que o Presidente da República determine que se instaure a CPI. Por que o medo dela? Por que esse medo terrível que se tem da sua instalação? Quem não deve, não teme. A cada dia, as notícias vão aumentando.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Ermano Batista, agradeço-lhe o aparte. Estou acompanhando a sua fala desde o início, constatando a lucidez, a oportunidade e o brilhantismo do seu discurso, do grande serviço que V. Exa. presta, neste momento, ao povo brasileiro.

Estamos percebendo, há muito tempo, que em cada eleição surgem os discursos fáceis, principalmente quando se é oposição. Soluções milagrosas são apresentados nos palanques. Todos podiam jurar que o discurso feito pela Oposição, como foi o caso do PT, era consistente, a ponto de a população nele acreditar. Cada brasileiro que votou naquele discurso votou no discurso de "Fora, FMI", porque é nocivo para o povo brasileiro, votou no discurso de que ALCA não serve para nós, votou no discurso do social, da moralidade e da transparência.

Como V. Exa. disse, votou no discurso da esperança. Com um ano de Governo, Deputado Ermano Batista, verificamos que a sociedade está estarrecida, indagando para onde irá. A grande bandeira do Programa Fome Zero foi lançada, mas não saiu do papel. Hoje determinada parte da mídia mostra que o (...) já conseguiu, em ação social, muito mais que o Programa Fome Zero. Não há um programa social, mas ações do governo que levaram a Argentina a crescer 8,6% no ano passado, mesmo saindo da crise bárbara que abalou os nossos irmãos argentinos.

Vimos o discurso de que o povo votou na transparência. A primeira oportunidade que o PT tinha para mostrar a sua coerência era criar a CPI e afastar o Ministro José Dirceu, instalar a CPI e deixar para o Congresso examinar. Se for culpado, será punido; se não, dar-lhe um atestado de bons antecedentes. O que desejamos é transparência, porém, mais uma vez, sentimo-nos frustrados. O povo acreditou no crescimento e na geração de 10 milhões de empregos. Talvez hoje já precisasse criar muito mais, como V. Exa. muito bem disse. Por que digo que prestamos um grande serviço neste momento? Porque o povo mais simples não tem acesso aos dados e às informações. Queremos fazer com que o povo reflita neste momento, para que, no futuro, não seja novamente enganado e iludido com discursos fáceis.

O Governador de Minas Gerais, do partido de V. Exa., ensina pedagogicamente ao povo que o discurso deve valer. O seu programa de campanha está sendo cumprido; aliás, um pouco mais do que se prometeu.

Deputado Ermano Batista, V. Exa. falou sobre a área da saúde, em que há a reformulação total do sistema de saúde do Estado. Desejo citar a área de segurança pública e não outras áreas. Na área de segurança pública, há 18 projetos, envolvendo armamento, munição, coletes, viaturas, unidades penitenciárias. Aliás, reduzimos em 24% as deficiências, que eram demais. A nossa proposta é chegar ao final do Governo com o déficit zerado.

Como disse semana passada, vimos algumas ações, como um programa ousado de 1 bilhão, sem nenhum centavo do Governo Federal. É preciso dizer isso, pois alguns Deputados ocuparam a tribuna para dizer que querem ajuda. A CIDE não é recurso do Governo Federal. Imaginem se o FPM ou o FPE fossem considerados recursos federais? Então, se o Governo Federal é quem governa o País, não precisamos do Governo Estadual nem do municipal? O que a lei determina como obrigatório não é verba federal, deixa de ser federal.

Deputado Ermano Batista, busquei algumas informações quanto à questão da eletricidade. Digo para o povo entender que a CIDE do sistema elétrico é um fundo criado. Minas Gerais repassou quinhentos e poucos milhões para o Governo Federal e agora receberá cento e poucos milhões. Minas Gerais contribuiu com o Governo Federal com 350 milhões. Quer dizer que o recurso estadual está indo para o Governo Federal? Não. Há uma legislação e, dentro de seus percentuais, o recurso é de direito de cada ente da Federação, como é o caso da CIDE, que não é recurso federal, mas do povo mineiro. Quer dizer, foi pago em Minas Gerais, recolhido ao cofre federal e, por uma legislação, será obrigatoriamente devolvido ao povo mineiro.

É claro, muito aquém daquilo a que o mineiro tinha direito, mas sem nenhum centavo do Governo Federal; é dinheiro do BIRD, da CODEMIG e da CIDE. Quem sabe o Governo Federal siga o mesmo exemplo, cuidando das rodovias federais. Na semana passada estive no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, e a BR que liga essa região a Patos de Minas está intransitável. Quem sabe o Governo Federal passe do discurso à prática e não decepcione ainda mais o povo brasileiro.

O Deputado Ermano Batista* - Deputado Miguel Martini, obrigado pelo seu aparte, rico de conteúdos, pois V. Exa., como sempre, tem muito conhecimento dos fatos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Moro em Betim e, com todo o respeito que tenho pelo trabalho de V. Exa., queria contextualizar seu discurso para o povo de Minas Gerais, que nos acompanha pela TV Assembléia. Estamos em ano eleitoral e temos incentivado uma campanha da bancada feminina suprapartidária desta Casa: "Mulher na política, essa luta é sua", pois queremos eleger homens, mas também muitas mulheres para ocupar espaços de poder, para que haja democracia de gênero e possamos contribuir, pois temos direitos e deveres.

É nesse contexto de ano eleitoral que estamos vendo a imprensa e a Oposição do País. Um dos grandes ganhos do País é a não-privatização. O Brasil não chegará ao fundo do poço, como a Argentina, que cresceu 8%, mas que estava no fundo do poço porque privatizou 100% de suas riquezas. O Brasil não chegou a isso graças aos partidos da esquerda e às grandes lideranças de todos os partidos, que lutaram contra a privatização, inclusive a de Furnas. Se tivéssemos permitido a privatização, hoje estaríamos em uma situação lastimável.

Estamos vendo essa questão do Waldomiro; se me permite, com todo o respeito, queria dizer ao povo mineiro que tenho a impressão de estar ouvindo um disco quebrado que roda 50 vezes, 100 vezes a mesma fala. Queria refletir isso com V. Exa., que o povo, ao ouvir os nobres colegas desta Casa, entendesse esse contexto de uma fala da Oposição em ano eleitoral, querendo ocupar espaço de oposição, com muitos

querendo desestabilizar o Governo.

Estive presente na posse de D. Walmor Oliveira, nosso grande Arcebispo, que não criticou o Governo Federal, mas mencionou várias vezes o Governador Aécio Neves, o Prefeito de Belo Horizonte e várias autoridades, dizendo que estava disposto a colaborar com aqueles que foram eleitos pelo povo e que devem ser respeitados, principalmente pela Igreja.

Em momento algum, ele criticou o Governo Federal. E, no outro dia, manchete de um jornal de grande circulação expôs que o nosso grande e querido Arcebispo havia criticado o Governo Federal. Isso é só para contextualizarmos nossa fala. Agradeço-lhe. Em momento oportuno, poderemos fornecer alguns dados sobre o Fome Zero. Discordo de V. Exa. Há problemas, mas, de forma alguma, o País está parado. O pessoal está trabalhando com seriedade. Obrigada, nobre Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista* - Agradeço a V. Exa. o aparte. Quanto à matéria veiculada sobre o Arcebispo D. Walmor, não acompanhei seu discurso, por isso nada posso dizer a respeito. Também não acredito muito em determinadas revelações da imprensa, Deputada Maria Tereza Lara, visto que distorce os fatos. Se a imprensa mentiu, cabe ao Arcebispo desmenti-la. Se não falou nada, com certeza, irá desmentir.

Concordo com V. Exa. A Argentina, que estava no fundo do poço, cresceu 8%. Seu juízo é perfeitamente concebível. Acontece, porém, que, se não acordarmos para a realidade, o Brasil estará caminhando em posição contrária, indo para o fundo do poço. Depois de dez anos de crescimento continuado, nosso PIB caiu, o que é inconcebível. O nosso trabalhador ficou mais pobre. A renda do trabalhador caiu 8%. O trabalhador brasileiro, se for ao supermercado hoje, comprará 8% menos do que comprava. Enquanto isso, o FMI, o capital está dando gargalhadas. Assim, para evitar chegarmos aonde a Argentina chegou, ao fundo do poço, estamos alertando.

O caso do Waldomiro - vamos pegar o caso do BANESTADO, o mais vergonhoso que existe. Acertaram a instalação da CPI. Em seguida, disseram: vamos ver quem vai ser o relator. Quem foi consultado? O Presidente da República. Colocaram como relator o Deputado José Mentor, do PT. Sabem quem era o advogado da principal figura, o Presidente do BANESTADO? O empresário chamado Antônio Celso Cipriani. Sabem quem era o advogado desse empresário? O Sr. Rogério Teixeira, compadre do Lula. Esse homem morou na casa do Lula durante muito tempo. Quando a CPI decidiu pedir a quebra do sigilo bancário do Sr. Cipriani, o relator José Mentor foi contra, brigou para impedir.

Infelizmente, existe um procedimento velado para esconder os fatos. É preciso clareá-los. Associada a isso, há uma falta de autoridade, o que é pior. O Presidente da República perdeu a autoridade. Ficou um ano viajando, pondo em prática a estratégia petista inteligente, muito competente. Lá fora ele não saía do "script", ou seja, apenas falava o que estava escrito. Se saísse do "script" e cometesse alguma gafe, como cometeu várias, o intérprete filtrava, veiculando a informação como deveria ser feito. O primeiro país de língua portuguesa que visitou foi um da África. Na Capital da Namíbia, cometeu aquela berrante gafe, que foi uma vergonha para todos nós. A senhora sabe disso. Ele não tem autoridade. Olhem o que disse, por exemplo, o Dr. Fábio Doyle. Ele, que é da Academia Mineira de Letras, disse: "A confusão é geral. Lula perdeu o comando de seu grupo e continua a agir como um camelô de produtos falsificados, importados do Paraguai, mas já quase não encontra fregueses".

Esse discurso choroso, na busca da comisseração, tem de parar; ele precisa encarnar a figura do estadista. Já disse, não foi contratado para chorar no enterro do País, não foi contratado para carpir nas exéquias da Nação. Foi contratado para Presidente da República, para gerir as questões diversas e buscar soluções para os seus problemas.

O Sebastião Nery, por exemplo, diz: "No segundo ano do Governo, o Brasil, atônito, descobriu que elegeu Lula e não tem um Presidente. Tem um mestre de cerimônias, bem falante e delirante. Todo o mundo manda nele. Do FMI a Meirelles, o inconútil inefável.

Em várias reuniões, no ano passado, Lula negociou a reforma tributária com os Governadores e se comprometeu com a divisão da CIDE entre a União, 75%, e 25% para os Estados e municípios.

Na reunião dos Governadores do Nordeste, em Aracaju, que João Alves, de Sergipe, convocou para exigirem a reafirmação do compromisso de Lula, ele mandou lá José Dirceu e Ciro Gomes para confirmarem a partilha da CIDE. Aécio Neves, de Minas, único não-nordestino presente, fez o discurso mais veemente - estava lá e vi e ouvi - e Dirceu e Ciro juraram a palavra de Lula.

Agora, a Tereza Cruvinel conta, no 'Globo', que 'os cães fiscais do Ministério da Fazenda de Palocci tentam, na Câmara, forçar o rompimento do acordo de votação da emenda constitucional, alterando a alíquota da CIDE, conforme negociado com os Governadores'.

Lula virou isso, um boneco de engonço na mão da 'banqueirada' proprietária do Ministério da Fazenda e do Banco Central".

Não são palavras minhas, a verdade é esta associada à intenção velada de esconder sujeiras, à falta de autoridade e ainda à submissão inconcebível ao capital, contra o qual o partido pregou a vida inteira.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/3/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando Aparecida da Consolação Nogueira Marotta do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Lucia Helena Apolinária da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Aparecida da Consolação Nogueira Marotta para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Lucia Helena Apolinária da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Campos Gerais. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Espinosa. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São João do Paraíso. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São Romão. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.